

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
ADMINISTRAÇÃO BACHARELADO

CLEUCILENE ALVES DA SILVA

O TRABALHO INFORMAL NA GERAÇÃO DE RENDA FAMILIAR: Vendedores
Ambulantes na Feira do Bairro Jota Câmara e Outeiro, do Município de São José de Ribamar
no Estado do Maranhão.

São Luís

2018

CLEUCILENE ALVES DA SILVA

O TRABALHO INFORMAL NA GERAÇÃO DE RENDA FAMILIAR: Vendedores
Ambulantes na Feira do Bairro Jota Câmara e Outeiro, do Município de São José de Ribamar
no Estado do Maranhão.

Monografia apresentada como requisito obrigatório para
a obtenção do título de Bacharel em Administração, pela
Universidade Estadual do Maranhão, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, na cidade de São Luís do Maranhão.

Orientador: Prof. Ms. Laércio Marques do Nascimento
Filho.

São Luís

2018

Silva, Cleucilene Alves da.

O trabalho informal na geração de renda familiar: vendedores ambulantes, na feira do bairro Jota Câmara e Outeiro, do município de São José de Ribamar no Estado do Maranhão /Cleucilene Alves da Silva. – São Luís, 2018.

72 f.

Monografia (Graduação) – Curso de Administração, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

Orientador: Prof. Ms. Laércio Marques do Nascimento Filho.

CLEUCILENE ALVES DA SILVA

O TRABALHO INFORMAL NA GERAÇÃO DE RENDA FAMILIAR: Vendedores
Ambulantes na Feira do Bairro Jota Câmara e Outeiro, do Município de São José de Ribamar
no Estado do Maranhão.

Monografia apresentada como requisito obrigatório para
a obtenção do título de Bacharel em Administração, pela
Universidade Estadual do Maranhão, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, na cidade de São Luís do Maranhão.

Orientador: Prof. Ms. Laércio Marques do nascimento
Filho.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Laércio Marques do Nascimento Filho (Orientador)

Universidade Estadual do Maranhão

Examinador 1

Examinador 2

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus pelo fôlego de vida, pela oportunidade de a cada dia estar me tornando uma pessoa melhor em conhecimentos e vivência, e pela oportunidade de estar concluindo o ensino superior. Além disso, elevo meus agradecimentos à Ele por ser meu alicerce em cada momento, pela coragem, e sabedoria adquirida ao longo desses quatro anos como universitária.

Em segundo lugar, mas não menos importante agradeço a meus pais, Lurdeci Pedra Alves e Cleuci Barros da Silva pelos ensinamentos e incentivos me foram proporcionados durante essa jornada, pois além de serem meus motivos de vida são o que tenho de mais importante.

Em terceiro lugar sou imensamente grata ao Senhor Frazão por ter dedicado parte do seu tempo para me mostrar que era possível ingressar na vida acadêmica ainda que vários fatores contribuíssem para meu insucesso como aprovada no curso de administração da universidade.

Agradeço ainda ao Professor Laércio Marques pela oportunidade de ser sua orientanda e por me passar todo conhecimento necessário e me fazer compreender cada segmento necessário para a elaboração e formação do presente trabalho.

Meus sinceros agradecimentos à Senhora Maria da Glória Batista Lima e à Dona Marli por dedicarem-se a contextualização da origem do bairro J.Câmara; A Secretária Municipal de Agricultura de São José de Ribamar pela oportunidade de conhecer e presenciar a vida dos feirantes em seus trabalhos; A minhas amigas Luiza Helena, Mayanne Silva e Samylle Rodrigues por estarem comigo em momentos diversos e me ajudarem ao longo da vida como acadêmica; e a todos aqueles que me ajudaram no desenvolvimento deste trabalho.

“O mundo está na mão daqueles que têm a coragem de sonhar e de correr o risco de viver seus sonhos.”

(Paulo Coelho)

RESUMO

O estudo do crescimento do trabalho informal no contexto econômico é de suma importância para um país, pois demonstra por meio de dados estatísticos a contribuição desse tipo de atividade para o crescimento da economia. Além disso, é possível por meio desses mesmos dados aferir as causas que levam as pessoas a ingressarem nesse tipo de trabalho, assim como constatar a taxa de emprego e desemprego. Uma vez que se estuda um tipo de atividade que envolva o trabalho por meio da oferta e demanda de produtos, percebe-se a presença do fator renda atribuído ao capital adquirido em detrimento da venda de produtos ou serviços. Atualmente muito se têm observado a presença dessa atividade em lugares como as feiras de cidades, bairros e municípios. Logo, observa-se que a economia de um país não é somente formada por meio do trabalho formal e da arrecadação de tributos e impostos, mas também da presença do trabalho informal e da contribuição desse mesmo trabalho na renda familiar de cada trabalhador. Assim, o objetivo deste estudo foi identificar a influência do trabalho informal no contexto familiar de trabalhadores ambulantes e sua relação com a subsistência, ou seja a contribuição do exercício desse trabalho na renda familiar de cada vendedor ambulante estudado. Quanto a metodologia empregada utilizou-se do método quantitativo e qualitativo, por meio da aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas, composto por questionamento a respeito do desenvolvimento da atividade informal e da renda adquirida. Com a tabulação dos dados obtidos tem-se o resultado aonde é nitido que grande parte dos respondentes tem como motivos responsáveis por atuarem nesse tipo de atividade informal a oportunidade de ganharem uma renda extra e o desemprego. Já no que se refere a dependência em relação a renda adquirida na venda de produtos na feira observou-se que a maioria depende desse trabalho para manter a família. É possível ainda perceber a predominância das mulheres nesse ramo de atividade, a presença de pessoas entre 30 e 50 anos e que a grande maioria possui filhos. Além disso, um fator importante e que surpreende é que a maioria dos respondentes possui grau de escolaridade aceitável, ou seja possuem o 2º grau completo. O presente trabalho pode ser utilizado por futuros pesquisadores que possuam interesse no assunto, assim como referência em estudos sobre o trabalho informal e vendedores ambulantes.

Palavras-chave: Trabalho Informal. Renda. Influência. Feira.

ABSTRACT

The study of the growth of informal labor in the economic context is of great importance for a country, as it demonstrates through statistical data the contribution of this type of activity to the growth of the economy. In addition, it is possible through these same data to determine the causes that lead people to enter this type of work, as well as to verify the rate of employment and unemployment. Once a type of activity that involves labor through the supply and demand of products is studied, the presence of the income factor attributed to the acquired capital is perceived to the detriment of the sale of products or services. Currently, the presence of this activity has been observed in places such as the fairs of cities, neighborhoods and municipalities. Therefore, it is observed that the economy of a country is not only formed through formal work and the remittance of taxes and taxes, but also the presence of informal work and the contribution of this same work in the family income of each worker. Thus, the objective of this study was to identify the influence of informal work in the family context of mobile workers and their relation to subsistence, that is, the contribution of the exercise of this work in the family income of each street vendor studied. Regarding the methodology employed, the quantitative and qualitative method was used, through the application of a questionnaire with open and closed questions, composed of questions about the development of informal activity and acquired income. With the tabulation of the obtained data we have the result where it is clear that most of the respondents have as responsible reasons to act in this type of informal activity the opportunity to earn extra income and unemployment. Regarding the dependence on the income acquired in the sale of products at the fair, it was observed that the majority depend on this work to maintain the family. It is possible to still perceive the predominance of women in this branch of activity, the presence of people between 30 and 50 years and the great majority have children. In addition, an important and surprising factor is that most of the respondents have an acceptable level of education, that is, they have a high school diploma. The present work can be used by future researchers who have interest in the subject, as well as reference in studies on informal work and street vendors.

Keywords: Informal Work. Income. Influence. Market.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – População ocupada segundo o tipo de trabalho desenvolvido.....	15
Gráfico 2 – Ocupação por tipos de setor e a variação da informalidade.....	16
Gráfico 3 – Taxa de ocupados segundo grau de instrução.....	17
Gráfico 4 – Sexo dos entrevistados.....	46
Gráfico 5 – Faixa etária.....	47
Gráfico 6 – Grau de escolaridade.....	48
Gráfico 7 – Número de filhos dos entrevistados.....	49
Gráfico 8 – Tempo em que trabalha na feira.....	50
Gráfico 9 – Porcentagem de pessoas que possuíam trabalho antes de serem feirantes.....	51
Gráfico 10 – Porcentagem de pessoas que possuem outra atividade além de serem feirantes.....	52
Gráfico 11 – Número de pessoas que participam de associações.....	53
Gráfico 12 – Número de pessoas que ajudam nas barracas além do próprio dono.....	54
Gráfico 13 – Motivos que levaram os entrevistados a trabalharem como feirantes.....	55
Gráfico 14 – Problemas enfrentados na feira.....	56
Gráfico 15 – Renda familiar dos entrevistados.....	57
Gráfico 16 – Dependência em relação a renda familiar.....	58
Gráfico 17 – Ponto de vista em relação a regularização do trabalho.....	59
Gráfico 18 – Existência de Fiscalização na Feira.....	60
Gráfico 19 - Lugar onde são adquiridos os produtos vendidos.....	61
Tabela 1 – Ocupação da População de 18 anos ou mais.....	18
Figura 1 – Feira Livre.....	45
Quadro 1 - Tipologia do trabalho informal.....	25

LISTA DE SIGLAS

BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CEF	Caixa Econômica Federal
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
FAT	Fundo de Apoio ao Trabalhador
FINEP	Financiadoras de Estudos de Projetos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMT/MA	Observatório do Mercado de Trabalho do Maranhão
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar
PREALC	Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe
PROEMPREGO	Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTRABALHO	Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
SEMAGRI	Secretaria Municipal de Agricultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	O CONTEXTO DO EMPREGO NO MUNDO E NO MARANHÃO.....	14
3	A TAXA DE EMPREGO E DESEMPREGO.....	19
4	O TRABALHO INFORMAL.....	22
4.1	Tipologia de trabalhos informais.....	25
4.1.1	Autônomos.....	26
4.1.2	Camelôs.....	26
4.1.3	Ambulantes.....	27
5	DEFINIÇÃO DE RENDA	30
5.1	Renda familiar	30
5.2	Geração de trabalho e renda	31
5.3	Geração de renda familiar	32
6	FEIRA E MERCADO, UMA ANÁLISE.....	34
7	METODOLOGIA.....	39
7.1	Delimitação dos métodos.....	39
7.2	Local da pesquisa.....	40
7.3	Amostra	40
7.4	Instrumento de coleta de dados.....	40
7.5	Coleta dos dados	41
7.6	Tratamento de dados.....	42
7.7	Limitações da pesquisa.....	42
8	BAIRRO JOTA CÂMARA	43
8.1	A Feira do bairro Jota Câmara e Outeiro.....	44
9	ANÁLISE DOS DADOS	45
9.1	Gênero dos respondentes	46
9.2	Faixa etária.....	47
9.3	Grau de escolaridade.....	47
9.4	Número de filhos.....	49
9.5	Tempo de trabalho na feira	49
9.6	Respondentes que possuíam trabalho antes de serem feirantes.....	50
9.7	Desenvolvimento de outra atividade remunerada.....	51

9.8	Participação em associações	52
9.9	As Pessoas que trabalham na barraca.....	53
9.10	Motivos que levaram à trabalharem como feirantes.....	54
9.11	Os problemas enfrentados na feira	55
9.12	A Renda familiar	56
9.13	Dependência em Relação a Renda Familiar	57
9.14	A Regularização do trabalho	58
9.15	A Fiscalização da feira	59
9.16	A Compra dos produtos ofertados na feira.....	60
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
	REFERÊNCIAS.....	65
	APÊNDICES	67

1 INTRODUÇÃO

A economia corresponde a um tipo de ciência que tem como objetivo principal o estudo da produção, distribuição, acumulação e consumo dos bens materiais. Vasconcellos e Enriquez (2014, p. 33) definem a economia como sendo: “A ciência social que estuda de que maneira a sociedade decide (escolhe) empregar recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, a fim de satisfazer as necessidades humanas.”

Em se tratando de economia informal tem-se que esta é formada por meio de atividades legais e/ou ilegais, exercidas por trabalhadores que não praticam o recolhimento de impostos e não possuem suas carteiras de trabalho assinadas por um empregador. O surgimento desse tipo de atividade informal somente pôde ser observado a partir da década de 1969, onde por meio do lançamento do Programa Mundial de Emprego que fora instituído pela Organização Internacional do Trabalho, tendo como principal objetivo avaliar os efeitos da aceleração econômica sobre o emprego e a distribuição de renda, surgiu o conceito de setor informal como representativo das atividades de baixa produtividade. No entanto, esse termo somente pôde ser utilizado em relatórios formais a partir de 1972 em relatos sobre as condições de trabalho no Quênia e Gana na África, demonstrando o crescimento dos subempregos por meio da relação de fluxos migratórios do campo para a cidade o que ocasionou na acumulação da população “marginal” ao redor das grandes cidades (OIT, 2006).

Foi somente no ano de 1991 que a OIT veio a discutir com mais frequência à informalidade, tendo como propósito o aproveitamento desse tipo de atividade para gerar ocupação e renda à aqueles desprovidos de maiores capacitação e sem oportunidades de emprego. Nesse sentido, destaca-se a importância de se estudar o trabalho informal na geração de renda familiar.

Segundo o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe – PREALC da Organização Internacional do Trabalho, o setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir a diferença entre capital e trabalho. Estas atividades se utilizam de pouco capital, técnicas rudimentares e mão-de-obra pouco qualificada, que proporcionam emprego instável de reduzida produtividade e baixa renda. O setor também se caracteriza pela falta de acesso aos financiamentos e créditos normalmente disponíveis ao setor formal e pela baixa capacidade de acumulação de capital e riquezas (JAKOBSEN; MARTINS; DOMBROWSKI, 2001).

Com o crescimento da atividade informal percebe-se a importância de se investigar e observar o comportamento dessa atividade econômica informal na sociedade e seus impactos na formação de renda das famílias que à desenvolvem.

Nesse contexto o presente estudo está dividido em 10 (dez) seções. Para tanto, na primeira apresenta-se a introdução, parte responsável por apresentar e contextualizar o tema, os objetivos, a relevância do assunto estudado e a estruturação do trabalho. A segunda contextualiza o emprego no mundo e no Maranhão, fazendo um breve levantamento de dados a respeito da situação de empregabilidade no país. Na seção três faz-se um levantamento da taxa de emprego e desemprego, descrevendo os cenários de ocupação da população brasileira e maranhense. A descrição do trabalho informal e de suas tipologias é apresentada na quarta seção. Na quinta seção se apresenta as definições e subdivisões da renda e geração de trabalho com ênfase para o Brasil e o estado do Maranhão. Para que se pudesse compreender com mais facilidade o estudo e lugar de análise faz-se uma análise entre os conceitos de alguns autores referente à mercado e feira na seção seis.

A especificação da metodologia, métodos utilizados, local da pesquisa, amostra, instrumentos de coleta de dados, a coleta de dados e as limitações da pesquisa é apresentada na seção sete. A oitava seção é responsável por abordar a descrição e explicação do espaço geográfico onde a pesquisa foi realizada; Já a seção nove é onde a análise de todos os dados obtidos e coletados na pesquisa são descritos, apresentados por meio de gráficos e suas interpretações. Por fim tem-se a seção dez que se apresenta com as considerações finais do trabalho e a percepção do que foi estudado ao longo deste.

A abordagem dos assuntos adotados na pesquisa partiram do genérico para o específico, ou seja, buscou-se por meio das perspectivas teóricas dos presentes autores conceituar e descrever o contexto de cada assunto.

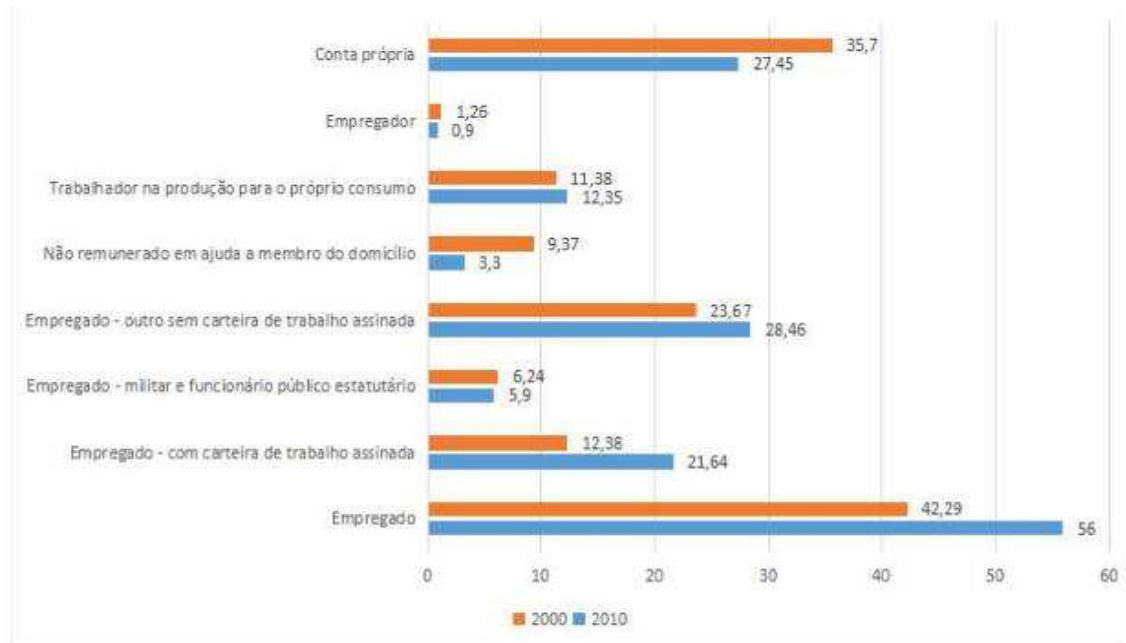
2 O CONTEXTO DO EMPREGO NO MUNDO E NO MARANHÃO

A nível mundial, observa-se por meio do cenário econômico que a qualificação e o crescimento da economia, assim como a globalização e a industrialização dos países, de certa forma são os grandes responsáveis pela empregabilidade e pelo desemprego, o que acaba por se tornar um paradoxo, pois é questionável como ao mesmo tempo que se gera emprego pode se ocasionar o desemprego?. Porém pode-se responder à esse questionamento por meio da explicação onde a globalização e a industrialização são responsáveis por tornar os países mais atrativos por meio das inovações tecnológicas, que se tornam a cada dia mais independentes, ou seja, não dependem do homem para serem operadas, é exatamente esse tipo de desenvolvimento econômico que contribui para o desemprego e o aumento da pobreza nos países. Logo, acredita-se que o crescimento de novas oportunidades de emprego é proveniente da necessidade da força de trabalho do homem, assim como da sua capacidade de desenvolver uma atividade.

Em se tratando de estado, no Maranhão tem-se que o índice de pessoas ocupadas e desempregadas é ocasionado por fatores distintos a situação econômica, observa-se a seguir algumas pesquisas realizadas no Estado do Maranhão onde analisa-se a taxa de ocupação da população maranhense segundo critérios como o tipo de trabalho desenvolvido, setor de trabalho e o grau de instrução.

Dessa forma, notou-se por meio de pesquisas, que o número de pessoas ocupadas vem sofrendo alterações a cada ano, é o que nos mostra as pesquisas realizadas entre 2000 e 2010 pelos Censos Demográficos, a população ocupada sofreu um acréscimo em relação a essa década. Onde é possível observar o crescimento da população ocupada segundo o tipo de trabalho desenvolvido.

Gráfico 1 – População ocupada segundo o tipo de trabalho desenvolvido

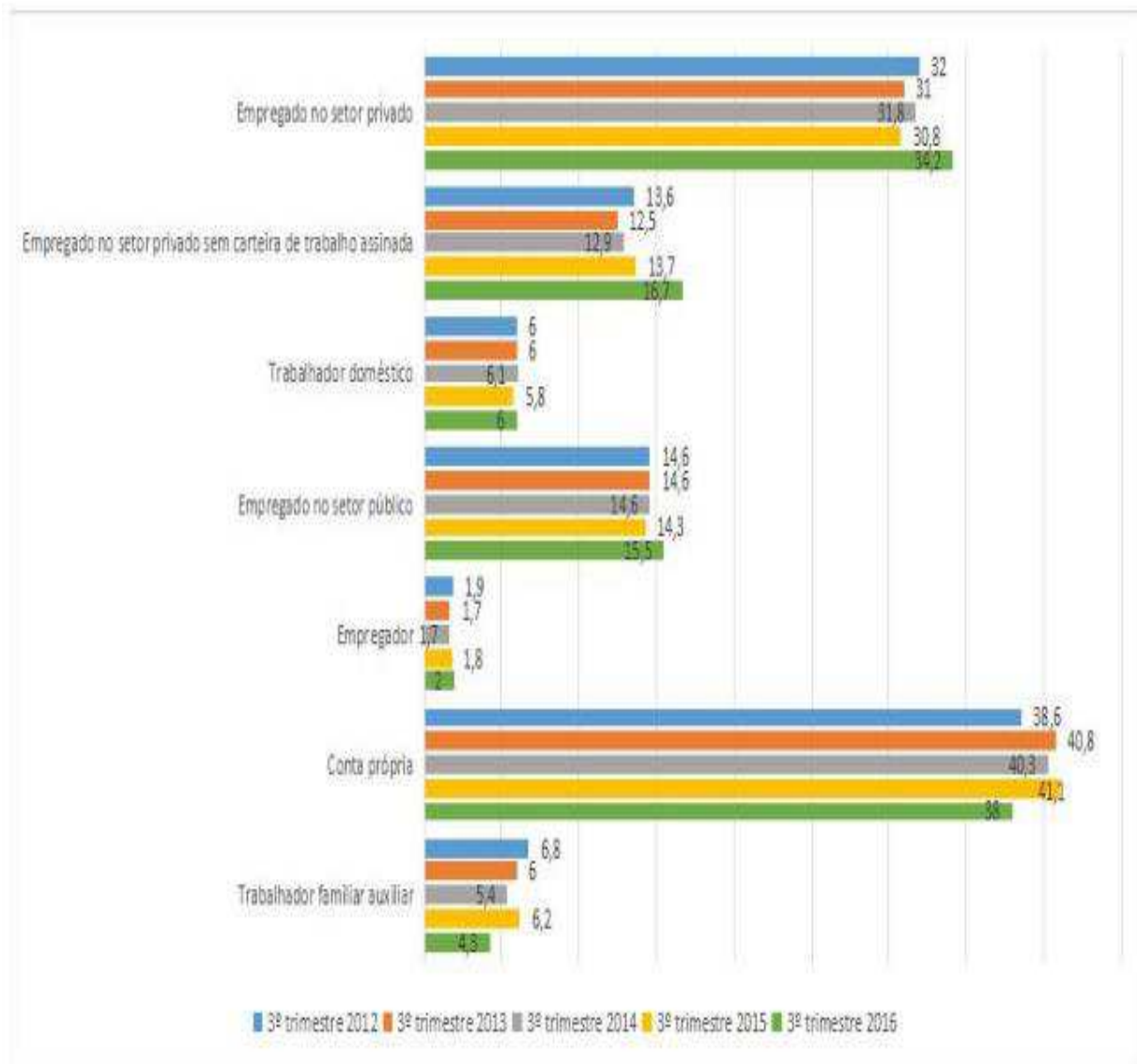


Fonte: Censos Demográficos

Ainda assim, é perceptível a presença de inúmeros fatores responsáveis pelo crescimento e diminuição da ocupação por meio de setores de trabalho, verificando-se ainda que os setores em análise estão em sua maioria voltados para o exercício de trabalho autônomos.

Porém, segundo dados do IBGE referentes aos anos de 2012, 2015 e 2016 que tratam do mesmo assunto, a informalidade, verifica-se que no 3º trimestre de 2012 a informalidade era de 38,6%, chegou a 41,1% em 2015 e regrediu para 38% no 3º trimestre de 2016.

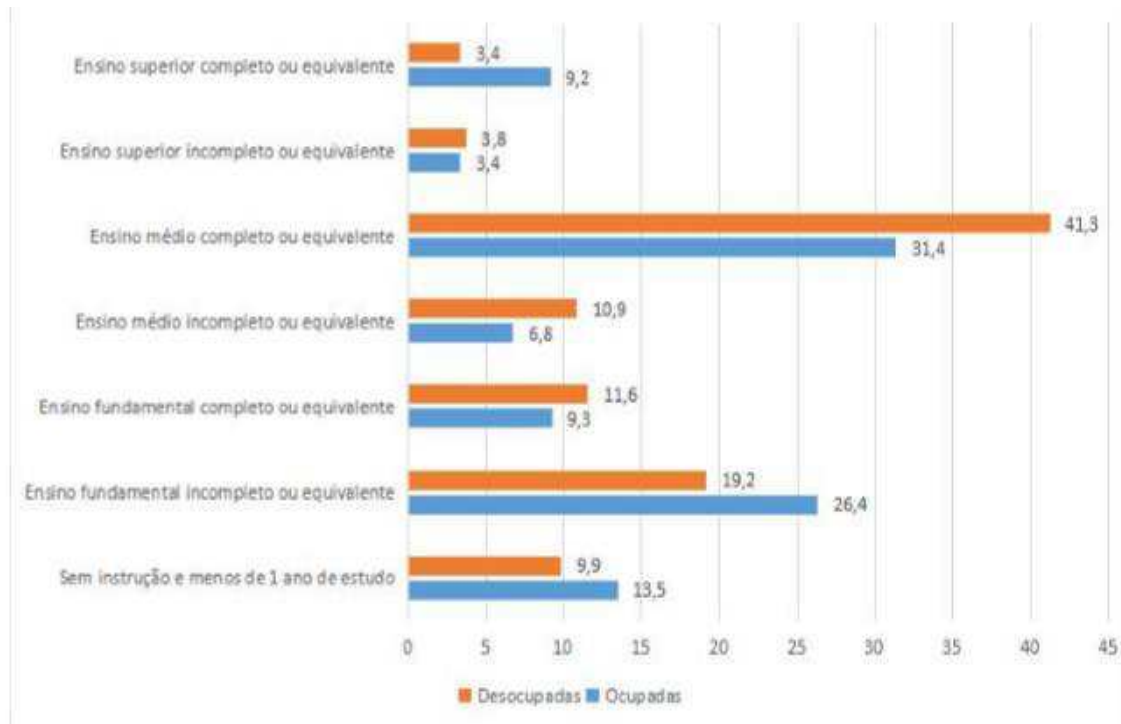
Gráfico 2 – Ocupação por tipos de setor e a variação da informalidade



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua Trimestral

No que se refere à análise da taxa de ocupados, ou seja pessoas que trabalham e que de alguma forma mantêm-se ocupadas em alguma atividade seja ela fixa ou sazonal, e desocupados, sendo aqueles que não realizam nenhum tipo de atividade, no que diz respeito ao nível de instrução de acordo com dados obtidos por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua observa-se que existe a predominância quanto aos que concluíram o ensino médio. Dessa forma, é nítido o fato de que o grau de escolaridade é um grande influenciador no contexto de ocupação de pessoas qualificadas e não qualificadas.

Gráfico 3 – Taxa de ocupados segundo grau de instrução



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua

Segundo dados da matéria divulgada pelo jornal O Imparcial em 21/05/2018 (PNAD; IBGE, 18/05/2018) houve um aumento de 59 mil pessoas desempregadas no Maranhão entre o 4º trimestre de 2017 e o 1º trimestre de 2018. Fazendo-se uma análise com o Brasil percebe-se que no primeiro trimestre do ano de 2018 a força de trabalho correspondia à 104.270.000 pessoas, sendo que desse total 90.581.000 estavam ocupadas enquanto que 13.689.000 estavam desocupadas, dessa forma correspondendo a uma taxa de 13,1% de desemprego. No que se refere ao Maranhão a força de trabalho era composta por 2.678.000 pessoas, dessas 2.260.000 estavam ocupadas e 418.000 estavam desempregadas.

Por meio dessas pesquisas é perceptível que a situação de se está empregado ou não vem mudando de conceito a medida que os tipos de ocupação se diferem umas das outras. O fato de se ter a carteira de trabalho assinada por um empregador somente tem sua importância quando se tem em foco os benefícios que se adquirem por meio das leis trabalhistas referente a cada categoria de trabalho, no entanto se analisado somente o fator salário ou renda adquirida percebe-se que ambos os setores, formal e informal, se igualam.

Já no que se refere a nível municipal, tem-se que em São José de Ribamar, em se tratando de economia, as principais potencialidades e atividades econômicas desenvolvidas estão relacionadas a pesca e ao turismo, que constitui expressiva fonte de renda para a

economia municipal, isso se dá em detrimento da cidade ser constituída por extensas praias, forte tradição religiosa e cultural. Além disso, tem-se com o comércio e o artesanato como potencial econômico e representativo do Município.

Entre os anos de 2000 e 2010 segundo a PNUD, IPEA e FJP, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 62,55% em 2000 para 64,28% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 19,51% em 2000 para 11,43% em 2010.

Tabela 1 – Ocupação da População de 18 anos ou mais

Ocupação da população de 18 anos ou mais - Município - São José de Ribamar - MA		
	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	62,55	64,28
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	19,51	11,43
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	39,15	48,06
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	53,83	70,76
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	36,07	52,84
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	59,71	24,65
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	83,79	80,40
% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais	85,58	94,92

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Outro fator bastante importante no cenário econômico do Município de acordo com a mesma pesquisa, é que em 2010, das pessoas ocupadas nessa faixa etária 4,08% trabalhavam no setor agropecuário, 0,56% na indústria extrativa, 5,28% na indústria de transformação, 15,42% no setor de construção, 0,74% nos setores de utilidade pública, 20,75% no comércio e 45,96% no setor de serviços.

No Brasil, o instituto que avalia e dá indicadores oficiais sobre a situação econômica e a respeito do trabalho informal é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, dessa forma o presente trabalho está dividido em categorias que se desenvolvem do aspecto geral para o específico tendo como base teórica os indicadores oficiais do Instituto.

3 A TAXA DE EMPREGO E DESEMPREGO

No mundo, desde a década de 80 a formalização de empregos que gerem salários vem sendo uma grande preocupação para a sociedade. Com a Revolução Industrial e a globalização as fábricas e indústrias passaram a incorporar em sua mão de obra as máquinas que acabaram por substituir a mão de obra humana, ainda que se precisa-se de alguém para operá-las a quantidade de pessoas empregadas reduziu drasticamente. Logo, por meio dessa visão verifica-se que o desemprego não é um problema que surgiu somente agora no século XXI, mas que vem crescendo consideravelmente a partir da globalização dos países. No entanto, é necessária a industrialização, a inovação, a invenção e a atualização da economia dos países para que estes possam se desenvolver. Porém, esse fator não deixa de ser um dos responsáveis pelo crescimento do desemprego. Pôde-se ainda perceber que a partir desses fenômenos algumas profissões como carpinteiro, ferramenteiro, entre outras deixaram de existir e deram lugar às máquinas de produção (CACCIAMALI *et al.*, 1995).

No que se refere ao Brasil, o século XIX marcou o início do mercado de trabalho, ao decorrer desse século a população brasileira era constituída em sua maioria por escravos e negros que constituíam a força de trabalho. Nesse período predominava a escravidão, regime totalitário onde os brancos eram minoria, no entanto representavam a elite. O trabalho desenvolvido por escravos representava então a força trabalhista não remunerada que proporcionava aos senhores feudais a sua subsistência. A partir de 1988, com o advento da abolição da escravatura e o movimento de imigração, os antes escravos passaram a trabalharem em lavouras de café e juntaram-se a outra parte da população livre, passando assim a desenvolver a então chamada economia de subsistência. Por meio disso e da adesão a trabalhos mal remunerados passa-se então a formação do chamado setor informal que somente mais tarde é discutido em debates promovidos pela Organização Internacional do Trabalho.

Nos anos de 2012 e 2014 segundo pesquisas realizadas pelo IBGE o número de jovens que não trabalhavam e nem estudavam se manteve estável, o que correspondia a um percentual de 22,8% representando 10,5 milhões de pessoas, no entanto a partir de 2014 a 2016 esse número obteve um acréscimo devido à crise e seus impactos no mercado de trabalho. Em uma pesquisa realizada recentemente em 2017 o mesmo constatou que o número de jovens entre 16 a 29 anos que não estudam e não estão inseridos no mercado de trabalho corresponde a um percentual de 25,8% o que representa 11,6 milhões de pessoas. Esse acréscimo do número de pessoas que não trabalham e nem estudam é característico do

aumento do desemprego no Brasil ocasionado pela crise econômica. O que demonstra que a demanda por emprego após a conclusão do ensino médio torna-se inquestionável. O fenômeno ocorreu em todas as regiões do Brasil. No Norte, o percentual de jovens nessa situação passou de 25,3% para 28,0%. No Nordeste, de 27,7% para 32,2%. No Sudeste, de 20,8% para 24,0%. No Sul, de 17,0% para 18,7% e no Centro-Oeste, de 19,8% para 22,2%.

Ele atingiu, sobretudo, os jovens com menor nível de instrução, os pretos ou pardos e as mulheres, com maior incidência entre jovens cujo nível de instrução mais elevado alcançado era o fundamental incompleto ou equivalente, que respondia por 38,3% do total. O cenário demonstra o quanto o grau de escolaridade é importante para o mercado de trabalho quando se tem cargos com maiores responsabilidades, além de afirmar a presença de pessoas de baixa escolaridade no setor informal.

Ainda de acordo com o IBGE fatores como baixa escolaridade, pobreza, cor e a desigualdade social contribuem para que as pessoas comecem a trabalhar mais cedo. Esses fatores também auxiliam no momento em que se fazem comparações entre as rendas adquiridas por pessoas que possuem esse tipo de perfil, ou seja, quanto menor a escolaridade, menor é a renda adquirida.

Diante dessas taxas pode-se perceber que a presença de jovens no mercado de trabalho informal se dá em muitos dos casos por conta da evasão escolar.

Por meio de pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, entre os meses de abril e junho de 2017, mais de 90 milhões de pessoas encontram-se desempregadas, isso se dá em virtude da redução do número de pessoas com carteira assinada que caiu um percentual de 2,9% do ano de 2016, onde contava com 11,6% da população. No entanto, observou-se uma tendência a informalidade, uma vez que também se tem o aumento das demissões. Pode-se dizer que nesse momento esses dois fatores são diretamente proporcionais, pois um é ocasionado em virtude do outro. Além disso, pode-se dizer que a opção de trabalhar na informalidade surge em detrimento da necessidade de se satisfazer as necessidades fisiológicas e sociais.

A informalidade por sua vez não deixa de contribuir com o crescimento e distinção de tipos de trabalhos informais na sociedade, um dos problemas desse tipo de trabalho é a falta de contribuição para a Previdência Social o que caracteriza por vezes a falta de assistência a seus direitos sindicais.

Ainda segundo a pesquisa, por meio da amostragem, foi possível constatar que setores como serviços, comércio, construção civil e agricultura são os mais predominantes, e que o número de mulheres que atuam nesse tipo de trabalho é superior ao número de homens, sendo respectivamente 44% e 33%. Justamente por tratarem-se de trabalhos que não necessitam de tanta qualificação. Assim definir o que é trabalho informal se torna ainda mais difícil, no entanto, vários são os conceitos atribuídos a esse termo.

4 O TRABALHO INFORMAL

Os primeiros relatos sobre o termo informalidade são provenientes da década de 1969 por meio do lançamento do Programa Mundial de Emprego que fora instituído pela Organização Internacional do Trabalho, seu principal objetivo era avaliar os efeitos da aceleração econômica sobre o emprego e a distribuição de renda. Dessa forma, surge o conceito de setor informal como representativo das atividades de baixa produtividade. No entanto, esse termo somente é utilizado em relatórios formais a partir de 1972 em relatórios sobre as condições de trabalho no Quênia e Gana na África, demonstrando o crescimento dos subempregos por meio da relação de fluxos migratórios do campo para a cidade o que ocasionou na acumulação da população “marginal” ao redor das grandes cidades (OIT, 2006).

Conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), existem mais de 300 milhões de trabalhadores informais no mundo, sendo que mais de 30 milhões são brasileiros. No Brasil, essa atividade é consequência do excesso de tributos, burocracia para atuar legalmente, desemprego estrutural, entre outros fatores, sendo a única forma para milhões de pessoas terem uma fonte de renda.

Em 1990 a OIT debateu em uma conferência sobre o trabalho propostas que pudessem solucionar o surgimento e evolução do setor de trabalhos informais. Suas estratégias eram providas da adoção de políticas que pudessem eliminar esse tipo de trabalho, e a possibilidade de valorizar esse tipo de atividade, uma vez que geravam renda.

No ano de 2002 a OIT muda seu conceito sobre a informalidade, reconhecendo a importância social e política desse tipo de atividade, denominando - as de economia informal, termo que viria a abordar todo tipo de atividade informal e a diversidade de trabalhos assalariados que não são regulados pelas leis trabalhistas. A melhor decisão a ser tomada a respeito dos setores informais seria pois a adoção de políticas que pudessem adotar esse tipo de trabalho, assim não somente os trabalhadores informais estariam garantindo seus direitos, mas também o Estado estaria se beneficiando por meio dos impostos a serem arrecadados, daí a solução seria a regularização da situação desses trabalhadores, percebendo-se que sua eliminação não é um fator a ser discutido, pois essa economia informal tem se fortalecido e vêm ganhando mais adeptos a cada dia.

Fenômeno como a contratação por tempo determinado, o que não garante ao trabalhador uma seguridade acaba por fazer com que este opte por meios distintos para se manter e suprir suas necessidades. Um exemplo disso são os trabalhadores autônomos que

decidem por trabalhar por conta própria por motivos de não conseguirem um emprego assalariado de carteira assinada ou ainda por que querem ter seu próprio negócio e serem donos dos seus horários e afazeres.

Pode-se ainda considerar que uma das principais causas para o crescimento de empregos informais é a baixa qualificação das pessoas, uma vez que segundo matérias sobre o assunto mais da metade das pessoas que se encontram nesse tipo de “emprego” possuem escolaridade inferior ao segundo grau completo.

Em 1990 com o avanço da globalização e maior conhecimento sobre o trabalho informal, possibilitaram que o estágio e o trabalho ambulante fossem incorporados a gama das atividades informais (KREIN; PRONI, 2010) . Daí começa-se a se distinguir entre a informalidade e o trabalho decente. Segundo o conceito da OIT estabelecido em 2006 o trabalho decente corresponde àquele capaz de proporcionar ao trabalhador condições de liberdade, equidade, dignidade e segurança.

No ano de 1991 a OIT passa a discutir com mais frequência a informalidade tendo como propósito o aproveitamento desse tipo de atividade para gerar ocupação e renda com a introdução da classe menos qualificada. Com o crescimento do setor informal, obtiveram-se impactos nos países em desenvolvimento no que se refere às políticas públicas sobre as relações trabalhistas. Além disso, o crescimento desse setor culminou na mudança de sua denominação para economia informal, uma vez que contribuía para a geração de renda de uma grande parcela da população.

Segundo o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC) da Organização Internacional do Trabalho, o setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir a diferença entre capital e trabalho. Estas atividades se utilizam de pouco capital, técnicas rudimentares e mão-de-obra pouco qualificada, que proporcionam emprego instável de reduzida produtividade e baixa renda. O setor também se caracteriza pela falta de acesso aos financiamentos e créditos normalmente disponíveis ao setor formal e pela baixa capacidade de acumulação de capital e riquezas (JAKOBSEN; MARTINS; DOMBROWSKI, 2001).

O Trabalho Informal é aquele que não requer registro, dessa forma não existindo vínculo empregatício entre quem presta o serviço e quem oferta. Esse por sua vez também é conhecido como “bico”, subemprego ou desemprego disfarçado.

De acordo com pesquisas realizadas pelo IBGE, o mercado de trabalho informal é desenvolvido principalmente em atividades como:

- a) Venda ambulante;
- b) Lavagem de carros;
- c) Construção civil;
- d) Consertos de aparelhos eletrônicos;
- e) Catadores de papelão;
- f) Empregadas domésticas;
- g) Músicos;
- h) Programadores;
- i) Entre outras.

Uma característica positiva do trabalho informal é o fato de que esse tipo de trabalho e a pessoa que o desenvolve pode vir a ser enquadrado como empreendedor, pelo fato de encontrarem, em algumas situações, oportunidade de idealizar projetos de forma autônoma, e podendo no futuro regularizarem suas atividades.

Além disso, esse tipo de trabalho possui como vantagem a obtenção de rendimentos e a possibilidade de poder gerir o tempo, uma vez que se é dono e assim você dita às regras e horários a serem seguidos. No entanto, suas desvantagens se caracterizam no fato da inexistência de renda fixa, inexistência de direitos trabalhistas como o recebimento de ajudas para refeição ou transporte, férias pagas ou décimo terceiro e qualquer tipo de licença, seguros-desemprego e o pagamento de horas extras. Além de não poderem contar futuramente com a sua aposentadoria.

Já no que se refere ao Estado, a grande desvantagem é que há menos arrecadações para os cofres públicos, o que implica em receitas menores para o desenvolvimento da economia.

Com o propósito de se obter a formalização da economia informal é necessário que estes obtenham representação sindical para que assim possam reivindicar seus direitos. Além disso, a formalização desse tipo de economia é proveniente de ações como a regularização da situação do empregado ou da empresa por meio da contribuição ao Estado em forma de pagamentos de tributos, taxas e impostos que dizem respeito ao tipo de atividade desenvolvida na informalidade. Dessa forma, estando de acordo com a legislação tributária e do país em exercício.

A PNAD Contínua do IBGE (2018) por meio do seu acompanhamento da forma de trabalho constatou em uma de suas pesquisas que no Estado do Maranhão o percentual de trabalhadores que trabalham com carteira assinada corresponde respectivamente a 50,2%. Constatou-se ainda que no Brasil a população ocupada no segundo semestre do ano correspondia a 91,2 milhões de pessoas, das quais 67,6% integravam o contingente de empregados, 4,8% eram empregadores, 25,3% das pessoas trabalhavam por conta própria e 2,3% eram trabalhadores familiares.

De acordo com a mesma pesquisa as regiões em que mais se tinha a presença de trabalhadores por conta própria eram a Norte com 31,7% e a Nordeste com 28,9%. Para tanto, constata-se que o trabalho informal cresce gradativamente na medida em que se torna a válvula de escape de pessoas desempregadas, que não possuem trabalho formal.

4.1 Tipologia de trabalhos informais

De acordo com Ximenes (2000), define-se tipologia como sendo a classificação de acordo com os tipos e características. Assim, a tipologia de trabalhos informais descrita nesse contexto está relacionada com as características e tipos de trabalhos desenvolvidos por meio de recursos próprios. Por meio dessa buscase-se elencar as mais predominantes atividades informais, ressaltando aquelas que não possuem registro em carteira de trabalho e ausência de vínculo empregatício.

Quadro 1 – Tipologia do trabalho informal

TIPOLOGIA DO TRABALHO INFORMAL			
	AUTÔNOMOS	CAMELÔS	AMBULANTES
TIPO DE PESSOAS	Providas de autonomia.	Desempregadas ou marginalizadas.	Intermediárias que atuam no canal de distribuição conduzindo o produto até o consumidor final.
ATIVIDADE	Desenvolvida com maior liberdade e independência.	Fixa em um determinado lugar.	Podem atuar em lugares físicos ou não.

RENDA	Por vezes é superior ao dos empregos assalariados.	Igual ou superior ao dos trabalhadores formais.	Igual ou superior a dos profissionais assalariados
--------------	--	---	--

Fonte: Autora com base nos ensinamentos de Ximenes (2000); Goularte (2008), e Lacroix (2012).

4.1.1 Autônomos

O autônomo pode ser considerado como o trabalhador que goza de autonomia (XIMENES, 2000), assim, sendo aquele que desenvolve sua atividade com maior liberdade e independência, pois pode decidir quem serão os contratantes de seus serviços, além de dispor de alguma independência no como, onde e quando prestará seus serviços, podendo ainda ter alguma liberdade na formação dos preços de seus produtos/serviços. Esse tipo de trabalho vem sendo bastante utilizado devido à necessidade de inserção no mercado de trabalho por parte das pessoas. Seu crescimento está bastante associado ao fato de que sua remuneração por vezes pode ser superior à dos empregos assalariados.

O trabalho autônomo se caracteriza pela independência do trabalhador, capacidade de controlar sua produção, responsabilidade diante do investimento feito no negócio, e pelo retorno se fazer em forma de rendimento. Dessa forma, entende-se que o trabalho autônomo pode ser encontrado nas profissões liberais aonde se opta por se trabalhar de forma independente como no caso de médicos que possuem seu próprio consultório, abrangendo também profissões como o direito e a contabilidade; e têm-se ainda o autônomo que é prestador de serviços, nesse contexto enquadram-se os ambulantes, feirantes, entre outros.

4.1.2 Camelôs

Tipo de atividade geralmente praticada por pessoas desempregadas ou marginalizadas. Pode-se dizer que esse tipo de atividade é desenvolvida como forma de sobrevivência, além de está entre as quais ocorre a sonegação de impostos para o Estado, ou seja, atividade informal. Segundo Rodrigues (2008), esse tipo de atividade tem sua concretização durante a década de 1970 por meio do processo de reestruturação produtiva com reorganização das relações de trabalho, ocasionando assim o desemprego em massa, o que permitiu o aparecimento de uma nova atividade informal na sociedade. “O camelô se constitui uma derivação da atividade de venda ambulante, mas com uma diferença um tanto

significativa, pois o mercado camelô tem como peculiaridade fixar sua atividade em um determinado local, enquanto a venda ambulante não.” (RODRIGUES, 2008, p. 4).

Para Goularte (2008), camelôs são aqueles vendedores ambulantes ou fixos que carregavam suas mercadorias nas costas, tais quais os camelos no deserto.

Por tratar-se de uma atividade marginalizada, a figura do camelô muitas vezes é vinculada ao contrabando e a pirataria de mercadorias. Assim, sua renda em muitos casos pode ser igual ou superior a dos trabalhadores formais.

4.1.3 Ambulantes

Os varejistas são intermediários que atuam no canal de distribuição conduzindo o produto até o consumidor final podendo atuar em locais físicos ou não. Os ambulantes representam a classe dos varejistas, enquadrando-se no tipo nonstore, ou seja, que não dependem de local físico ou fixo para ofertarem seus produtos. Estes trabalham em locais com boa circulação de público.

A presença desse tipo de trabalho em mercados e feiras livres de cidades não é algo dito como novo ou atual, uma vez que já se ouviu falar dessa atividade antes do século XXI. É notório no contexto do crescimento e degradação da cidade de São Luís a presença desse tipo de trabalhadores. Lacroix (2012, p. 157) exemplifica a presença desse tipo de trabalho:

No Beco do Chaves, Felismina, neta de Nhá Possidônia, armava no caixote improvisado de mesa, pratos empilhado, colheres, uma travessa de peixe frito, uma panela de arroz e outra com cuxá. D. Perpétua, na Rua das Crioulas, Nhá Bernarda, no canto da Fabril e tantas outras na Madre Deus, Portinho, Desterro, Praia Grande e Praia do Caju atraíam os compradores com o pregão carinhoso – *Arroz de cuxá! ... Chega, freguês!... Tá quentinho!*... e também pela limpeza, cuidando da higiene por princípio e para se livrarem da campanha e fiscalização dos médicos sanitaristas. Muitas mulheres viviam da venda do arroz de cuxá.

Assim, não se pode dizer que a presença desse tipo de trabalho e atividade no contexto de uma sociedade é algo atual, pois já se tinham relatos sobre o assunto anteriormente. O que pode ser entendido como novo falando-se desse ramo de atividade é a denominação das pessoas que trabalham nesse cenário. Logo, atualmente pôde-se perceber seu crescimento no mercado de trabalho. Além disso, percebe-se por meio do trecho extraído que as mulheres eram e de certa forma ainda são as predominantes nessa atividade e que essa caracterizava-se como o meio de sobrevivência delas.

Outra figura já mencionada nesse tempo era a do atravessador, presente na negociação e compra de produtos provenientes de produção própria de vendedores ambulantes como é o caso dos pescadores.

Corajoso ao enfrentar o mar em frágeis embarcações, o pescador, raramente vendedor, supria a cidade e garantia seu sustento com o pescado apanhado com rede de arrastão, espinhel ou arpão. Na maioria das vezes, entregava o produto na beira da praia ao atravessador, a preço menor, ficando o maior lucro ao vendedor [...] (LACROIX, 2012, p. 376).

Percebe-se que a denominação de ambulante, assim como autônomo se enquadra hoje em vários ramos de atividades trabalhistas onde algumas delas são abordadas no setor formal, tais como a de médicos e advogados como já mencionado. Além disso, por terem liberdade de atuação sua renda pode ser igual ou superior a dos profissionais assalariados.

Observando-se o cenário da feira em estudo pôde-se perceber que a classificação dos feirantes podem ser feitas pelo tipo de segmento em que comercializam seus produtos ou pela estrutura utilizada para desenvolverem seu trabalho. Dessa forma, temos a seguinte classificação:

a) Ambulantes de barraca: é aquele que possui ponto fixo, pois já conta com uma estrutura padrão muitas vezes cedida pelo organizador da feira ou podendo ser do próprio feirante a posse da barraca. Geralmente essas barracas são de madeiras;

b) Ambulantes de ponto fixo: considera-se como sendo aquele que possui ponto fixo para realizar seu trabalho e já se encontra ali por um período determinado de tempo;

c) Ambulantes de veículo: tipo de vendedor ambulante que dispõe de um veículo para realizar suas atividades. Esse por sua vez pode tanto torna-se fixo ou escolher aonde quer trabalhar por meio da análise de lugares que possuem maior fluxo de pessoas, pois conta com a flexibilidade de poder se locomover;

d) Ambulantes de trailers: esse tipo de vendedor ambulante dispõe de uma estrutura melhor e mais padronizada. Esses trailers dão ao vendedor/feirante a possibilidade de fixar-se em um lugar e exercer seu trabalho com maior comodidade e flexibilidade. Muitas das vezes esses feirantes têm como atividade principal a oferta de produtos do ramo alimentício.

Além disso, pode-se classificá-los quanto à produção e venda de seus produtos, como sendo:

a) Que só vende: é o tipo de feirante que adquire seus produtos por meio de distribuidoras como a CEASA ou oriundos da produção de um fornecedor autônomo.

b) Que só é produtor: é aquele que somente produz o produto por meio do desenvolvimento pessoal e artesanal de forma a fornecer à outro que o comercialize.

c) Que produz e vende: esse tipo de vendedor/feirante é considerado misto pois assim como produz seu produto de forma artesanal, também é responsável por comercializa-lo.

A diversidade de ambulantes presente na feira em análise é bastante perceptível quando se tem uma visão de todo o espaço ocupado pelos vendedores ambulantes. A oferta dos mais variados produtos existente no lugar nos permite perceber ainda que existem diversos procesos envolvidos na produção, confecção e comercialização desses.

Quanto ao tipo de ambulante que predomina na feira pode-se afirmar com toda certeza que são os ambulantes de barraca, pois estes são os que participam da associação e estão cadastrados por meio da Secretaria Municipal de Agricultura do município de São José de Ribamar e adquirem da mesma as barracas para colocarem seus produtos amostra à seus clientes. No que se refere aos demais, esses se viram como podem para colocarem seus produtos em exposição.

5 DEFINIÇÃO DE RENDA

De acordo com Ximenes (2000), a renda corresponde a “Quantia recebida como resultado de aplicação financeira, atividade econômica, locação de bens patrimoniais, etc.” Já para Mochón (2007, p. 8), “A renda é o total de receita que os proprietários dos fatores produtivos da economia auferem.”

Para tanto, a renda é constituída por meio de fatores produtivos como o trabalho, o capital, a terra, o salário e os juros. Aonde o trabalho representa o exercício de forças físicas ou mentais para a execução de alguma atividade; o capital corresponde ao patrimônio adquirido no exercício da atividade; a terra caracteriza-se como sendo o lugar onde o trabalho é exercido; o salário é o somatório do capital adquirido ao longo do exercício da atividade; e os juros, são os lucros obtidos pela aplicação do capital na atividade, ou seja, quanto se adquiriu além do que foi investido (MOCHÓN, 2007). Logo, a renda é entendida como o resultado da aplicação de um fundo, ou seja, é obtida por meio do investimento em algo para que por meio desse se obtivesse o resultado final, correspondendo assim ao valor adquirido após o investimento.

No que se refere a renda per - capita têm-se que esta é o rendimento médio de um grupo social durante um certo espaço de tempo (em geral, um ano), e que se obtém por meio da divisão do produto bruto pelo número de componentes do grupo (XIMENES, 2000).

Percebe-se que a análise dos autores concordam entre si, porém suas discordância também merecem ser avaliadas em função de que toda situação possui lado A e lado B, e que a ciência obriga todos a estudarem qualquer uma das alternativas, de forma a analisar os aspectos positivos e negativos de qualquer situação. No entanto, em se tratando do contexto em análise, ou seja, da renda adquirida pelos ambulantes da feira em análise, pode-se dizer que trata-se do valor adquirido após a comercialização dos produtos ofertados e que se somam ao valor do que é adquirido em outras atividades desenvolvidas pelos trabalhadores. Dessa forma, o conceito que melhor se aplica é o de Mochón (2007).

5.1 Renda familiar

Antes mesmo de 1964 a condição econômica da população já era preocupante quando se questionava sobre a renda familiar e a desigualdade social e econômica entre brancos e afro-americanos, um estudo nos Estados Unidos mostrou que em 1962 a renda dos afro-americanos era de US\$ 3 mil e a dos brancos chegava a US\$ 6 mil, representando assim 52% versus 57%. Além disso, não se podia atribuir a esse fator o grau de escolaridade como

sendo a causa dos brancos possuírem renda superior aos afro-americanos, pois até mesmo um branco com ensino básico era superior a de um afro-americano com ensino médio (IVANCEVICH, 2008, p. 69).

A renda familiar é aquela formada por meio do somatório do salário líquido de cada pessoa que é empregada dentro de uma residência (IBGE). Logo, representa quanto uma família possui por meio do agrupamento das pessoas que possuem emprego.

Atualmente, se analisa a renda familiar por meio do salário mínimo, o que acaba por classificar as famílias em classes econômicas distintas de acordo com o que ganham em seu salário ou remuneração. O salário mínimo por tanto é um dos principais índices de aferição em relação a renda das famílias.

Especificamente avaliou-se a renda no Brasil em função da contextualização do tema e mais precisamente no Maranhão, tendo em vista que o estudo e análise da renda para compreensão deste estudo está inserida no Município de São José de Ribamar nos bairros Jota Câmara e Outeiro.

5.2 Geração de trabalho e renda

A renda é uma das maiores responsáveis pela qualidade de vida e bem estar das pessoas, pois trata-se do meio pelo qual os indivíduos podem suprir suas necessidades e desejos.

A Geração de Trabalho e Renda (GTR) compreende a criação de novas e pequenas unidades produtivas ou a expansão das já existentes. Significa estimular ou permitir que as pessoas iniciem negócios próprios dirigidos ao mercado de forma cooperada, associada ou individualmente. Significa também a geração de atividade econômica, por meio de pequenos negócios individuais ou em associação/cooperação (BRASIL, 2008).

Por meio de projetos e criação de novos campos de trabalho pode-se gerar trabalho e conseqüentemente renda para toda uma sociedade. Diante de oportunidades de ingresso ao mercado de trabalho pode-se aumentar a capacidade de sobrevivência de um indivíduo dentro de um país capitalista e economicamente ativo. Além disso, pode-se gerar trabalho e renda por meio da exploração dos trabalhos informais e da inclusão de pessoas em atividades geradas pelas empresas. Com a criação de um novo programa, de uma nova estrada, rodovia ou o surgimento de uma empresa em um determinado bairro ou cidade pode-

se gerar campos de trabalho e empregabilidade, assim como a oportunidade de criar renda para inúmeras pessoas.

Para tanto, o estudo está direcionado ao contexto de Geração de Trabalho e Renda abrangendo o espaço físico de São José de Ribamar no Maranhão.

5.3 Geração de renda familiar

A geração de renda familiar é característica da inclusão de famílias em trabalhos e atividades de produção capazes de gerar lucratividade e capital para as pessoas que a desenvolvem.

A Agricultura familiar pode ser compreendida como uma forma de gerar emprego e renda em torno de uma família, uma vez que a produção agrícola é responsável por abastecer boa parte da alimentação dos indivíduos, dessa forma entende-se que o agricultor familiar é todo aquele que pratica atividades no meio rural de acordo com determinado limite de área, utilizando a mão de obra da própria família, como forma de obter renda originada de atividades econômicas (Lei federal 11.326 de 2006).

Segundo a Cartilha do Instituto Kairós: Caminhos para práticas de Consumo responsável/Parceria entre Consumidores e Produtores na Organização de Feiras, além de se obter renda por meio da agricultura familiar pode-se obter trabalho e renda por meio da Agricultura Orgânica que se caracteriza pelo conjunto de sistemas de produção agrícola que não permite o uso de substâncias que possam comprometer a saúde de trabalhadores, consumidores, e o do meio ambiente, respeitando as leis ambientais e a não utilização de agrotóxicos, fertilizantes, hormônios, antibióticos ou qualquer outro tipo de produto geneticamente modificado.

Assim, a necessidade de gerar renda para suas famílias ou até mesmo a independência que muitos trabalhadores encontram por meio desse tipo de atividade e que em muitos casos é entendida como trabalhos informais fazem com que estes atuem por conta própria, gerando um aumento significativo na economia informal do país.

Os trabalhadores por conta própria, ou seja, aqueles que trabalham na informalidade aumentam seus lucros e salários a partir da evasão fiscal e da não contribuição social. As consequências disso são as perdas no orçamento público, reduzindo os impostos e contribuições para a seguridade social e, portanto, a disponibilidade de recursos para

investimento e melhorias na infraestrutura, saúde, educação, segurança, dentre outros serviços e bens públicos.

No conceito moderno gerar renda familiar trata-se da capacidade de se inovar em meio as dificuldades. Desse pensamento é que surge a figura do empreendedor, pessoa capaz de se inovar diante de uma crise e atrair para si e para seu convívio um cenário econômico melhor e mais produtivo. Não obstante, nota-se que é por meio desse empreendedorismo que surge a oportunidade de se regularizar a informalidade e torná-la formal. Aparentemente é assim que se transforma uma economia de subsistência em um negócio mais produtivo e amparado pelas leis trabalhistas.

6 FEIRA E MERCADO, UMA ANÁLISE

A palavra feira é originária do latim “*feria*” e significa “dia de festa” (FERREIRA, 1999). Em português “lugar público”. Acredita-se que as feiras surgiram na antiguidade, por meio da prática de gregos e romanos, no entanto, sua valorização somente foi possível depois da revolução comercial no século XI. Pode-se defini-las como: uma aglomeração de pessoas em um determinado lugar, envolvidos na oferta de produtos diversos, o que caracteriza um fenômeno econômico. Estas por sua vez contribuem com a inclusão de trabalhadores no mercado de trabalho, uma vez que trata-se de uma atividade econômica e remunerada.

Mumford (1998, p. 85) destaca que as feiras já existiam por volta de 2000 anos a.C, mais tarde pode-se perceber esse fenômeno econômico durante a passagem de Jesus, aonde em João no capítulo 02, versículo 13 ao 17 descreve a existência de vendedores organizados no templo na cidade de Jerusalém.

De acordo com a matéria, a origem das Feiras, publicada pelo jornal O Imparcial, a origem das feiras no Brasil é proveniente do tempo da colonização, uma vez que promoveu o desenvolvimento da economia interna do país. As maiores e mais tradicionais Feiras livre do Brasil são a da América Latina chamada “Ver-o-Peso”, que ocorre desde o século XVII, na cidade de Belém, Pará; e, a Feira de Caruaru, em Pernambuco, uma das maiores feiras ao ar livre do Brasil, iniciada no final do século XVIII, devido a sua importância histórica foram indicadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como patrimônio imaterial do Brasil.

A palavra “Exposição” foi mencionada por volta de 1649 e trata-se de uma palavra que deriva do latim “*Expositio*”, que por sua vez significa mostrar, logo entende-se que as feiras representam o significado dessa palavra uma vez que trata-se de uma denominação de um acontecimento para a demonstração ou exposição de algo, alguém ou alguma coisa, seja produto ou serviço.

De acordo com as matérias “História e Origem das Feiras” e “O Crescimento das Feiras Literárias”, com o passar do tempo, o conceito “Feira” se expandiu e atualmente existem diversos tipos de feiras espalhadas pelo mundo, por exemplo:

a) Feiras Temáticas: Trata-se da organização e exposições referentes a um determinado assunto ou cultura local, como por exemplo, as feiras de países que costumam mostrar a cultura local, os pratos gastronômicos oriundos de cada um.

Têm-se ainda as que são voltadas para somente um tipo de produto, no entanto apresentado de diversas formas;

b) Feira de Antiguidades: Caracterizam-se por apresentar produtos oriundos de tempos passados, ou seja, produtos muitas vezes utilizados por antepassados em seu convívio. Esses tipos de feira realçam a cultura de determinados países, assim como suas crenças;

c) Feira de Animais: Esse tipo de feira se caracteriza por expor de certa forma animais para adoção. Logo, seu principal objetivo é cativar e convencer o público a adotar um animal;

d) Feira Orgânica: Também conhecidas como agroecológicas, as feiras orgânicas possuem grande importância sócio cultural e são responsáveis por abastecer as cidades com alimentos livres de veneno e a preços justos. Caracterizam-se por apresentar produtos orgânicos livres de agrotóxicos e insumos químicos, sendo provenientes da produção das próprias famílias agricultoras;

e) Feira de Vinhos: Trata-se da exposição de vinhos oriundos de diversos países com o propósito de apresentar à seus visitantes os melhores e mais qualificados vinhos que são produzidos nos países de todo o mundo;

f) Feira Hippie: Conceitua-se por meio da representatividade de um povo que faz da sua arte cultural a sua própria sobrevivência. Essa feira é constituída de produtos artesanais fabricados pelo povo Hippie;

g) Feira de Negócios: No rescaldo da segunda Guerra Mundial é que as feiras começam a assumir um poderoso papel na renovação das economias, sobretudo a partir da década 1960 com o aparecimento de associações empresariais com o objetivo de promoverem a organização de feiras de negócio, é a partir daí que as feiras de negócios voltadas para a valorização dos produtos e serviços ofertados pelas organizações passam a ter maior importância, fazendo então parte importante nas estratégias traçadas pelo setor de marketing de cada empresa;

h) Feira Literária: As feiras literárias são fenômenos novos que surgiram em Porto Alegre em 1955. Para tanto, trata-se de um canal de promoção de autores e escritores, representando um incentivo à profissionalização da condição de autor de literatura, além de ser um espaço de aproximação entre leitor, autor e a obra;

i) Feiras Medievais: As feiras medievais surgiram com o declínio do sistema feudal na Idade Média e o desenvolvimento dos burgos, nome dado as cidades medievais que, anteriormente pertenciam aos senhores feudais e, com o

passar do tempo e o surgimento de uma nova classe social, a burguesia, elas foram se desenvolvendo durante o período denominado de Renascimento.

A partir da decadência do sistema feudal, a Europa passava por diversas transformações sociais, culturais, econômicas e políticas. O renascimento comercial-urbano, intensificado pelas Cruzadas, abertura do Mar Mediterrâneo, introdução da moeda (base de troca) e o surgimento de novas rotas marítimo-comerciais, sobretudo das especiarias vindas do Oriente, foram as principais características do início da Era Moderna, além da visão Humanista que despontava na Europa a partir do século XIV.

Com efeito, o final da Idade Média (denominada pelos Humanistas de “Idade das Trevas”, em relação ao obscurantismo da época), a visão Teocêntrica (Deus no centro do Universo) foi substituída pela visão Antropocêntrica (homem no centro do mundo), despertando assim, uma nova mentalidade na população europeia.

De tal modo, o sistema feudal, baseado sobretudo na troca, foi substituído pela comercialização dos produtos, posto que o excedente de produção dos feudos, que cada vez mais sofriam com a fuga dos trabalhadores, passaram a servir para venda.

Esses locais destinados à comercialização dos produtos dentro dos burgos, eram denominadas de “feiras livres”, donde os mais variados produtos eram expostos à venda. Entre as principais feiras medievais estão a de Champagne, na França e a de Flandres, na Bélgica.

Diante disso, com o crescimento demográfico e o êxodo rural para os burgos (cidades medievais), o comércio foi intensificado (pela criação das guildas e corporações de ofício) e consolidado (sistema capitalista primitivo), bem como fez surgir uma nova classe social, preocupadas com o lucro e a participação política, a burguesia.

Com efeito, as feiras livres foram se tornando um importante canal de distribuição comercial bem como uma forma de comunicação popular, sendo caracterizada pelo encontro periódico de pessoas as quais se reuniam em algum lugar pré-determinado da cidade (burgos), com o intuito de vender seus produtos à população ou mesmo realizar trocas;

J) Feiras Livres: Trata-se de uma manifestação da cultura urbana brasileira que se mantém apesar do crescente avanço do desenvolvimento do comércio, pois cada vez mais o consumidor tem acesso a hipermercados e sacolões, inclusive as compras virtuais (internet), com todo conforto e comodidade que inclui o horário flexível e até mesmo

facilidades de pagamento, mesmo assim, a feira livre se mantém viva, tanto nas pequenas como nas grandes cidades, em todos os bairros, seja na periferia ou em bairros nobres.

A feira livre tem caráter diversificado sendo constituída por uma diversidade de pessoas, sejam vendedores, compradores ou simplesmente apenas observadores. O comércio desse tipo de feira muitas vezes é constituído pela oferta de frutas, legumes, verduras e itens alimentícios. Outra característica das feiras é a democracia uma vez que se encontram nesse ambiente comerciantes de diversos porte, do grande até o iniciante.

Além de aspectos culturais possuem como importância o abastecimento de comunidades carentes. Como livre concorrência para estas tem-se a presença dos supermercados, no entanto, estas se sobressaem, pois são constituídas por uma variedade de produtos, qualidade e preço acessível.

De acordo com Marina Morelli (2011), as feiras se apropriam do espaço público e trazem movimentação atraente para as ruas e praças e mais do que lugares onde se comercializam produtos há a troca de cultura e afetividade entre as pessoas, assim ressalta o valor cultural da feira livre e ainda aponta para seu valor histórico. Ximenes (2000), em sua concepção acredita que as feiras representam lugares públicos, em geral ao ar livre, onde se expõem e vendem mercadorias. Além disso, representam exposições comerciais periódicas.

Já no que se refere ao mercado, de acordo com Chiavenato (2004), é um local em que as pessoas vendem e compram bens ou serviços. Por meio desse conceito nota-se a presença da oferta e da demanda por bens de consumo próprios e característicos da necessidade humana. O referido autor diz ainda que, o mercado representa um conjunto de transações em que há, de um lado, a oferta – pessoas ou empresas que desejam vender bens ou serviços – e, de outro, a procura – pessoas ou empresas que desejam comprar bens ou serviços.

Segundo a concepção de Rossetti, a palavra mercado dizia respeito a um lugar determinado onde os agentes econômicos realizavam suas transações. “[...] O mercado permanece por tradição, como um lugar definido, especialmente edificado, para o encontro de produtores e consumidores” (ROSSETTI, 2007, p. 88).

Mochòn (2007), por sua vez, afirma que o mercado é um mecanismo por meio do qual compradores e vendedores interagem para fixar preços e, ao mesmo tempo, trocam bens e serviços.

Diante desses conceitos, atribui-se ao mercado a concepção de um lugar fixo, existente para a realização de negociações entre demandantes e ofertantes de produtos e serviços. Para tanto, mercado corresponde a um lugar fixo, e a oferta de produtos nesse é realizada diariamente, de certa forma dispõe de organização e controle com maior facilidade. No que se refere as feiras estas em sua maioria são sazonais, ou seja, ocorrem em dias específicos e ainda que em um lugar fixo são realizadas em somente um dia da semana. Assim, constata-se que tanto o mercado quanto a feira é formado pelas variáveis oferta e demanda e que se caracterizam de acordo com o contexto em análise, pois o mercado pode caracteriza-se como sendo de trabalho, financeiro e etc, enquanto que a feira pode corresponder a de artesanato, de produtos hortifrutigranjeiros, entre outras. Logo, o que os diferem é sazonalidade em que as feiras podem acontecer.

Com base nos ensinamentos citados acima e com as observações realizadas no estudo da feira, acredita-se que o conceito que melhor se enquadra no contexto da feira em análise é o de Ximenes (2000), tendo em vista que este refere-se a feira como um lugar público e de representação ao ar – livre, de forma a ofertar produtos diversos. Já no que se refere ao mercado, o conhecimento que melhor se destaca de acordo com a concepção do estudo é o de Rossetti (2007) que nos diz que o mercado trata-se de um lugar definido e edificado para proporcionar o encontro de produtores e consumidores. No entanto, recomenda-se que os demais conceitos referentes à feira e ao mercado também possam ser analisados, uma vez que existem concepções distintas e ambientes diversos, podendo ser avaliados de igual modo, pois merecem respeito e atenção.

Para que a pesquisa ficasse de melhor entendimento e percepção analisou-se a feira semanal do bairro Outeiro e o mercado do bairro Jota Câmara, tendo o cuidado de observar o comportamento dos feirantes.

7 METODOLOGIA

Com o intuito de respaldar essa pesquisa, traçou-se um aporte metodológico para nortear a investigação científica. Nesse sentido, cabe salientar que “Metodologia é o emprego do conjunto de métodos, procedimentos e técnicas que cada ciência em particular põe em ação para alcançar os seus objetivos [...]” (MATIAS-PEREIRA, 2012, p. 30). Para Ximenes (2000), a metodologia corresponde ao conjunto de procedimentos, regras e técnicas em que se baseia determinada disciplina.

Observa-se que os autores concordam quanto aos aspectos metodológicos em suas concepções. Dessa forma, a metodologia de uma pesquisa pode ser classificada quanto a sua perspectiva teórica, podendo ser empírica-analítica, fenomenológica ou dialética, ou mista; quanto a sua abordagem pode se classificar em qualitativa, quantitativa ou mista; quanto aos objetos pode corresponder à exploratória, descritiva ou explicativa; e quanto aos procedimentos técnicos pode-se indicá-la como bibliográfica, documental, estudo de caso, levantamento, ação, participante; entre outras.

Para melhor entendimento da pesquisa buscou-se fundamentação teórica quanto aos aspectos metodológicos, por meio dos autores Ximenes, Matias-Pereira, Fachin, Gil e Cooper.

7.1 Delimitação dos métodos

Ximenes (2000) nos diz que os métodos são procedimentos padronizados que se adota no estudo, na investigação, etc. Visando à obtenção de um certo resultado.

Segundo a percepção de Gil (2008), a metodologia de uma pesquisa se divide em três: exploratórias, descritivas e explicativas.

Diante das perspectivas, optou-se pela metodologia de Gil (2008), uma vez que se tem nesse conceito metodológico as abordagens descritiva e explicativa que possuem como objetivos o estabelecimento de vínculos entre as variáveis que foram analisadas e o levantamento de hipóteses como forma de explicar os contextos. Dessa forma, adotou-se esse aspecto metodológico em função do trabalho se caracterizar:

Quanto a perspectiva teórica a pesquisa pode ser dita como empírico – analítica, pois corresponde a utilização de técnicas em coleta de dados de forma quantitativa mediante processos históricos;

Quanto a abordagem da pesquisa subentende-se que é quantitativa, uma vez que buscou-se estudar e conhecer a fundamentação teórica do assunto e descobrir os estudos já realizados sobre o tema;

Aos objetos caracteriza-se como descritiva, pois sua contextualização se deu por meio da descrição dos fatores;

Quanto aos procedimentos técnicos caracteriza-se como bibliográfica e estudo de caso, por usar de periódicos e livros em sua descrição e contextualização do cenário, assim como por tratar-se de uma pesquisa realizada em campo.

7.2 Local da pesquisa

A pesquisa para a fundamentação e contextualização deste estudo foi realizada na cidade de São José de Ribamar, município da grande ilha de São Luís (Upaon-Açu) no Estado do Maranhão, especificamente nas mediações dos bairros Jota Câmara e Outeiro.

7.3 Amostra

Amostragem, conjunto de técnicas estatísticas que possibilita, a partir do conhecimento de uma parte denominada amostra, obter informações sobre o todo (FACHIN, 2017, p. 52). Já para Cooper e Schindler (2016, p. 340), a ideia básica de amostragem é que, ao selecionarmos alguns elementos em uma população, podemos tirar conclusões sobre toda a população. Ainda segundo Cooper e Schindler (2016, p. 322), em se tratando de população tem-se que: “[...] uma população é o conjunto completo de elementos sobre os quais desejamos fazer algumas inferências.”

Para que se pudesse ter maior compreensão e entendimento dos dados obtidos abordou-se o conceito de Fachin, por a pesquisa corresponder a uma parte proveniente do todo, dessa forma, realizou-se uma pesquisa com universo e amostragem respectivamente de 33 entrevistados, onde a população analisada corresponde a uma parte dos ambulantes existentes na feira.

7.4 Instrumento de coleta de dados

Método científico pode ser entendido como percurso para se alcançar um fim ou pelo qual se atinge um objetivo, ou seja, é o caminho realizado pelo cientista quando focado na produção de conhecimentos (MATIAS-PEREIRA, 2012, p. 30). Já para Fachin (2017), “[...] método é um instrumento do conhecimento que proporciona aos pesquisadores, em

qualquer área de sua formação, orientação geral que facilita planejar uma pesquisa, formular hipóteses, coordenar investigações, realizar experiências e interpretar os resultados.”

O método de abordagem utilizado para a coleta de dados corresponde ao questionário, que de acordo com Fachin, consiste em um elenco de questões que são submetidas a certo número de pessoas com o intuito de se coletar informações.

De acordo com Selltiz et al. (1974, p. 269), o questionário possui vantagens correlacionadas aos seguintes aspectos:

- a) Menos dispendioso;
- b) Mais fácil aplicação;
- c) Possibilidade de ser aplicado a um número maior de pessoas;
- d) Aspecto do anonimato; e
- e) Menor pressão sob a resposta imediata.

De acordo com a concepção de Gil (2008), “O questionário é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações.”

Assim, o questionário utilizado tem em sua composição 16 perguntas abertas e fechadas de fácil entendimento para que o pesquisado pudesse compreender de forma simples o que se estava questionando.

Outro instrumento utilizado para a realização da coleta de dados corresponde a entrevista, sendo que está foi realizada com os representantes da secretaria responsável pela realização da feira, assim como com um dos fundadores do bairro onde a feira está inserida.

Dessa forma, escolheu-se a perspectiva de Gil, uma vez que o questionário abordado foi composto por perguntas abertas e fechadas que tinham como objetivo obter informações dos respondentes.

7.5 Coleta dos dados

De acordo com Vergara (2006), em se tratando de coleta de dados, o autor deve ser informado da forma como pretende obtê-los, de modo a responder ao problema.

A coleta dos dados se realizou por meio de duas etapas: a) a primeira etapa se caracterizou por meio do levantamento de referências bibliográficas, sendo formada por

livros, periodicos eletrônicos e materias de jornais em meios eletrônicos; b) a segunda se desenvolveu por meio do google formulários e do Excel com a tabulação dos dados e formação dos gráficos.

7.6 Tratamento de dados

Quanto à realização do tratamento dos dados obtidos usou-se de tecnicas quantitativas que permitiram a análise e interpretação dos dados de forma comparativa e descritiva de fácil entendimento, por meio do programa Excel.

7.7 Limitações da pesquisa

As limitações em relação a pesquisa se fizeram presente em muitas das vezes pela não disponibilidade e incompatibilidade de horários entre a pesquisadora e a instituição responsável pelos pesquisados, uma vez que necessitavam da orientação e contextualização do surgimento/origem da feira e de como essa se comportava. Além disso, outra limitação presente foi o fato de alguns feirantes não gostarem de serem questionados quanto ao trabalho que exerciam e devido a isso não responderem ao questionário. Dessa forma, pode-se dizer que as limitações não afetaram drasticamente os resultados obtidos, uma vez que a grande maioria respondeu ao questionário de forma satisfatória à pesquisa.

8 BAIRRO JOTA CÂMARA

Não se pode falar no Bairro J.Câmara sem anteriormente se falar sobre seu Município, São José de Ribamar tem sua origem por meio da aldeia de índios Gamelas. Segundo sua Lei Orgânica, em seu Art.9º, são símbolos da representatividade do município: a Bandeira, o brasão e o hino instituídos em lei.

O presente bairro estudado neste trabalho teve sua origem no dia 12 de outubro de 1982, por meio de uma organização entre 7 pessoas. Pessoas estas unidas para a constituição do bairro chamado de José Câmara, nome já atribuído a um senhor trabalhador de feira que mais tarde tornaria-se o prefeito da cidade de São José de Ribamar. A construção do bairro se deu através da força de trabalho das pessoas hoje intituladas fundadores do mesmo, sendo estas: Maria da Glória Batista Lima; José Vigia; João Moraes (vulgo João do bar); Carlito Santos (vulgo Pelé); João Leitão; Gabriel e sua companheira, D. Luzia.

O bairro hoje conhecido como J.Câmara, anteriormente tratava-se de uma capoeira, ou seja, uma espécie de mata extensa. Por meio da organização entre os componentes acima citados decidiu-se firmar a invasão da área territorial, após a invasão formou-se e construiu-se a primeira cabana como forma de melhor organizar a divisão dos loteamentos a cada participante e reunir os envolvidos. Essa primeira cabana criada, hoje constitui a Escola Municipal José Câmara Ferreira.

A invasão territorial somente se deu em virtude da propriedade territorial não ser particular, no entanto, em um episódio posterior a terra estar limpa e dividida, surgiram 4 pessoas que se intitularam herdeiros e proprietários da mesma. Preocupados com a presente situação os agora proprietários decidiram por investigar a veracidade das palavras descritas pelas pessoas que se diziam donos da terra, logo surgiu a figura do senhor Iomar Perreira que juntamente com José Câmara Ferreira buscaram ajuda jurídica por meio do seu compadre e advogado José Bento Neves e Rosalvo Diniz como forma de comprovar o fato, porém após buscas em órgãos de registro de terra nada foi comprovado o que deixou claro que os proprietários daquela terra era o povo que através daquela invasão territorial encontrara aonde residir.

Após o presente episódio citado acima os proprietários do bairro buscaram dividir e demarcar os loteamentos denominando ruas, o lugar para o mercado, escolas e demais estruturas necessárias ao convívio e sobrevivência em sociedade.

Atualmente o bairro J.Câmara está localizado ao lado esquerdo de quem entra na cidade de São José de Ribamar, é conceituado como o maior centro comercial da cidade e proporciona a seus moradores a cultura, a diversidade e a subsistência.

8.1 A Feira do bairro Jota Câmara e Outeiro

As feiras destinam-se em sua maioria a oferta de produtos hortifrutigranjeiros, pescado e demais produtos para utilização humana, logo caracterizam-se como sendo uma atividade econômica de subsistência e de grande importância para a comunidade aonde está inserida, pois proporciona seu desenvolvimento por meio da utilização da mão de obra dos habitantes e a venda de seus produtos.

A Agricultura familiar desenvolvida em muitas dessas feiras pode ser caracterizada como sendo a prática de plantio e conservação de alimentos tanto para a sobrevivência familiar como para a venda em comércio. Para tanto, pode ser compreendida como atividade econômica e de sobrevivência.

Em sua maioria ou como já foi mencionado anteriormente na diferenciação entre feira e mercado, as feiras são sazonais, logo a feira do bairro J.Câmara, mais precisamente localizada entre o bairro Outeiro e o J.Câmara também não deixa de ser caracterizada por sua sazonalidade, uma vez que se iniciou em um processo de sazonalidade. No entanto, atualmente trata-se de uma feira semanal, tendo em vista que acontece uma vez por semana, mas precisamente as quinta-feiras no turno vespertino. Essa, constitui-se de atividades voltadas para a oferta de produtos agrícolas e mariscos sendo provenientes em sua maioria da produção do próprio vendedor, ou seja, produção familiar.

A origem desta se deu por meio de uma parceria com o SEBRAE. Sua concretização ocorreu no dia do consumidor (15 de março) com o propósito de empreender, por meio do empoderamento do agricultor em detrimento de um canal que “exclui-se” a figura do atrevessador e aproximasse o agricultor do consumidor final, pois o atravessador adquiria do produtor o produto por um determinado preço e o ofertava com valor superior ao adquirido anteriormente, dessa forma encarecendo o produto. Além disso, a criação da feira também possuía como propósito a criação de novas oportunidades como um novo canal de comercialização, estimular o empreendedorismo entre os agricultores, abranger o mercado, conhecer os consumidores, e a produção local do município.

A feira semanal de São José de Ribamar é realizada as quinta-feiras em um local público, sendo constituída pela oferta de produtos oriundos da produção própria de

agricultores locais e que em sua maioria atribuem a essa atividade como sendo sua principal renda familiar. Têm-se nesse lugar a oferta de produtos como o limão, a macaxeira, o mamão, o maracujá, o maxixe, o mel, a melancia, o cheiro verde, o coco verde, o couve-flor, a farinha d'água, a abobora, o alface, a banana, e a beringela do ramo da agricultura; e produtos como pescados, mariscos e granjeiros.

A Secretaria Municipal de Agricultura é a responsável por fornecer as barracas aos vendedores e tem por responsabilidade a organização das mesmas no local aonde ocorre a oferta dos produtos. Logo a montagem das barracas se inicia pelo turno matutino, uma vez que a feira inicia-se as 14:00 horas e termina às 19:00.

A inclusão de novos feirantes é realizada por meio de um cadastro, onde é feita uma ficha com todos os dados da pessoa que deseja estar sendo incluída na atividade de comercialização de produtos da agricultura familiar, além disso é especificado no cadastro o tipo de produção (o que produz), quanto produz e o lugar onde reside. Dar-se prioridade para a inclusão de produtores locais, ou seja, agricultores que residem em São José de Ribamar.

Por tratar-se de um lugar aberto e público a gestão e controle da feira e dos agricultores e vendedores que a compõem de certa forma é falho e deixa a desejar, no entanto, pode-se dizer que 80% desses são oriundos de polos como Bom Jardim, Santa Maria, Mata, Matinha, e Panaquatira. Para agricultores das localidades mais distantes a Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI, disponibiliza quando estes não possuem veículo próprios, veículos para busca-los e deixá-los.

Figura 1 – Feira Livre



Fonte: Silva (2018).

9 ANÁLISE DOS DADOS

Esta etapa da pesquisa busca a interpretação e entendimento dos dados obtidos. Por meio dos resultados alcançados pretende-se correlacioná-los com o tema da pesquisa de modo a estabelecer as devidas conclusões. A pesquisa buscou compreender a influência do trabalho informal, com ressalva ao trabalho ambulante, na geração de renda familiar para os trabalhadores de uma feira existente no município de São José de Ribamar.

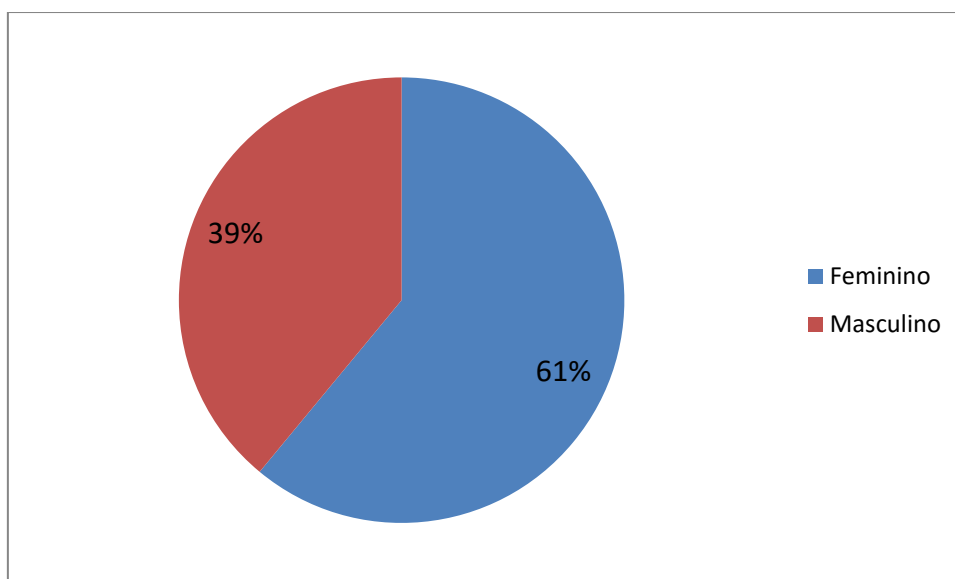
Dando-se ênfase no método utilizado para a obtenção dos dados busca-se por meio desta etapa elencar os resultados alcançados por meio de porcentagem, assim como da percepção da pesquisadora. Logo, nos tópicos seguintes estão expostas as análises.

9.1 Gênero dos respondentes

A categoria utilizada na pesquisa por meio de desinências, buscou distinguir os respondentes da pesquisa em masculinos e femininos. Assim, com a demonstração do gráfico 4, apresentado a baixo observa-se a predominância do sexo feminino com um total de 61% dos respondentes em contraste ao sexo masculino que apresentou um total de 39%.

Com esse resultado e entendendo-se que a pesquisa esta relacionada ao trabalho informal e ao empreendedorismo por necessidade, compreende-se que a população feminina se sobressai em relação a masculina, como já mencionado anteriormente.

Gráfico 4 – Sexo dos entrevistados



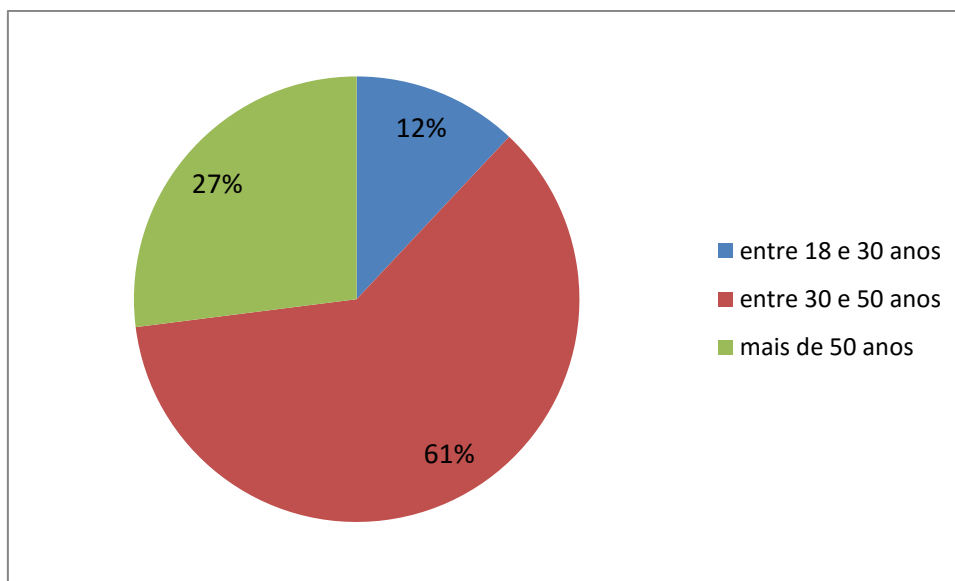
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Em se tratando do gênero dos entrevistado a relevância desta pergunta se dá em detrimento de se comparar e comprovar dados já mencionados em que nos mostram que a participação de mulheres nesse tipo de atividade se sobressai em relação a participação dos homens, pois estas possuem mais iniciativa.

9.2 Faixa etária

A faixa etária apresentada na pesquisa pelo gráfico 5 corresponde a um percentual de 12% no total de respondentes que estão entre os 18 a 30 anos, 61% dos que correspondem a população entre 30 e 50 anos, e 27% possuem mais de 50 anos. Por meio dessa análise observa-se que a presença de pessoas jovens nessa atividade é pequena, no entanto as pessoas de idade médiana são as que mais estão presente nesse ramo de atividade. Acrescenta-se ainda que esse resultado esta extritamente relacionado com o motivo que levou os entrevistado a atuarem na atividade de ambulante, o que será apresentado no gráfico 13.

Gráfico 5 – Faixa etária



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

No quesito idade, esta foi importante para que se pudesse entender com qual público se estava trabalhando e com quais perspectivas

9.3 Grau de escolaridade

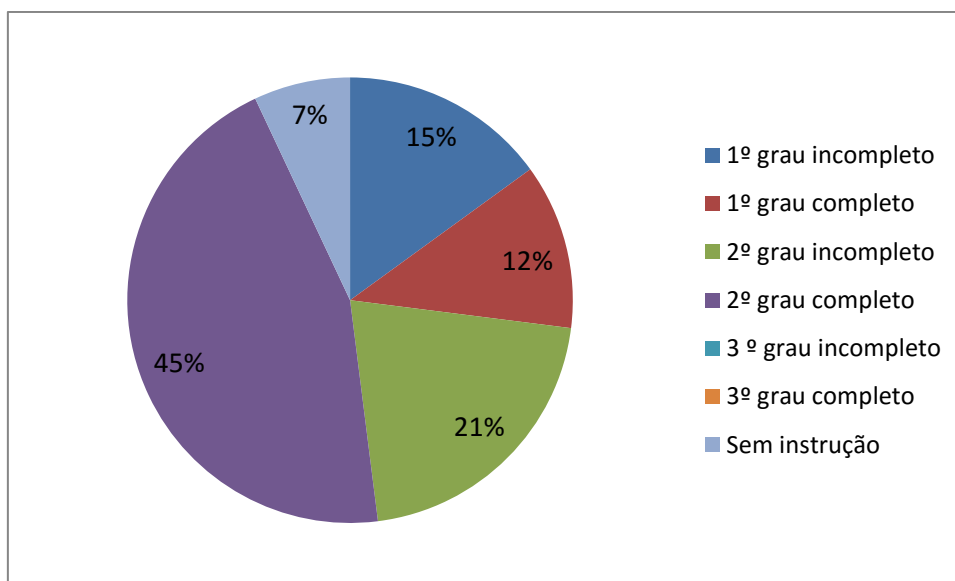
Atualmente, o grau de escolaridade de uma pessoa é o grande influenciador do seu desenvolvimento profissional quando se fala em trabalho com carteira assinada e em emprego formal. No entanto, quando estar se tratando de trabalho informal e o desenvolvimento de

trabalho por conta própria o grau de instrução deixa de fazer tanta importância. Por meio do gráfico 6 listado a baixo percebe-se que o nível de instrução dos pesquisados está bem equiparado e que não se faz juízo as pesquisas que dizem que o grau de escolaridade de pessoas que trabalham por conta própria, ou seja, os trabalhadores informais em sua maioria não possuem o ensino fundamental completo.

Nos resultados obtidos têm-se que os respondentes em sua maioria possuem o 2º grau completo, o que representa 45% do total. Quanto aos demais 15% possuem o 1º grau incompleto, 12% tem o 1º grau completo, 21% enquadram-se na parte que possui o 2º grau incompleto, e 7% enquadram-se na categoria dos sem instrução. Os respondentes que não possuem instrução são pessoas que se encaixam na população que possui mais de 50 anos.

Observa-se ainda que nenhum dos respondentes possuem o 3º incompleto ou completo o que nos permite salientar que poucas são as pessoas que aderem ao trabalho informal que possuem nível de escolaridade superior ao ensino médio.

Gráfico 6 – Grau de escolaridade



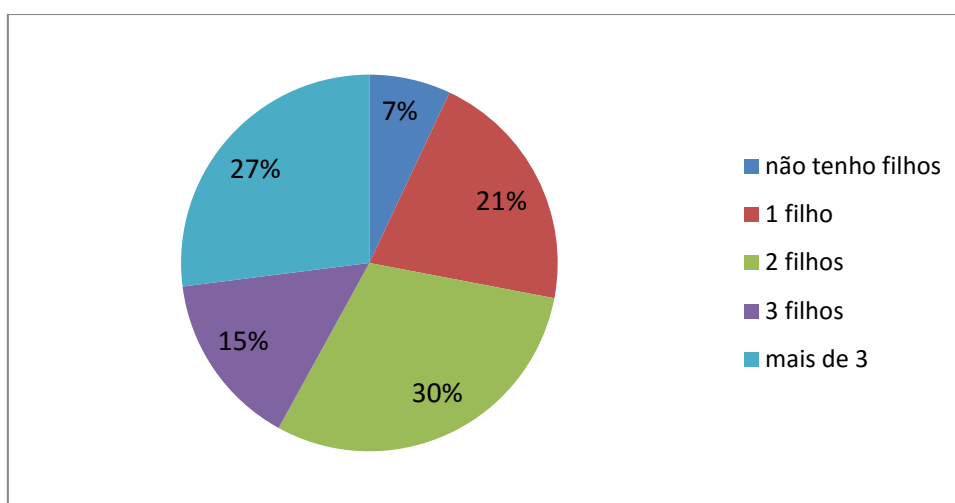
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

No que se refere ao grau de escolaridade buscou-se esta informação por se tratar de um fator que nos leva a entender a necessidade de capacitação das pessoas, pois, os dados obtidos nos mostram a existência de pessoas com formação média na atividade de feirante, o que nos permite observar a presença do desemprego. Outra vertente importante para a análise dessa pergunta é a sua influência na formação da renda familiar e no ramo de atividade desenvolvida dentro do mercado de trabalho.

9.4 Número de filhos

A grande maioria dos respondentes ao questionário possuem filhos é o que nos mostra o gráfico 7, onde 30% possuem 2 filhos, 15% possuem 3 filhos, 27% possuem mais que 3 filhos, 21% possui 1 filho e apenas 7% dos entrevistados não tem filhos. Com esse resultado nota-se que a busca por meios que gerem renda para a família é cada vez mais preciso a medida que se tem mais pessoas para alimentar e educar. Daí pode-se dizer ainda que os filhos podem ser os influenciadores por uma busca de qualidade de vida melhor e percepção de uma nova geração que seja melhor no que faz e em suas ocupações no mercado de trabalho.

Gráfico 7 – Número de filhos dos entrevistados



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

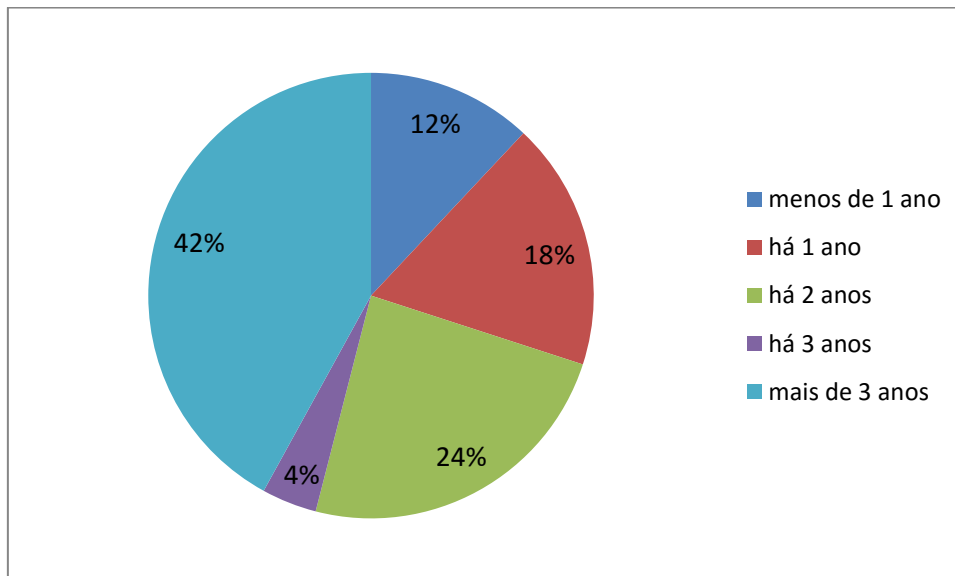
Quanto a quantidade de filhos que os respondentes possuem, buscou-se respostas a essa pergunta por acredita-se que o número de filhos que possuem e que ajudam na barraca, influencia no processo de agregação de valor a venda, pois facilita o atendimento a outros clientes. Além disso, o fato de se ter um filho e a necessidade de manter uma família influencia na obtenção da renda.

9.5 Tempo de trabalho na feira

No gráfico 8 tem-se a representação do período em que os respondentes já trabalham na atividade ambulante e na feira em análise. Por meio desse nota-se que 42% das pessoas que trabalham na feira já desenvolvem essa atividade nesse lugar há mais de 3 anos, 24% há 2 anos, 18% há 1 ano, 12% há menos de um ano, e 4% estão nesse ramo há 3 anos.

Assim, percebe-se que o tempo em que estas pessoas desenvolvem essa atividade é bastante expressivo.

Gráfico 8 – Tempo em que trabalha na feira



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

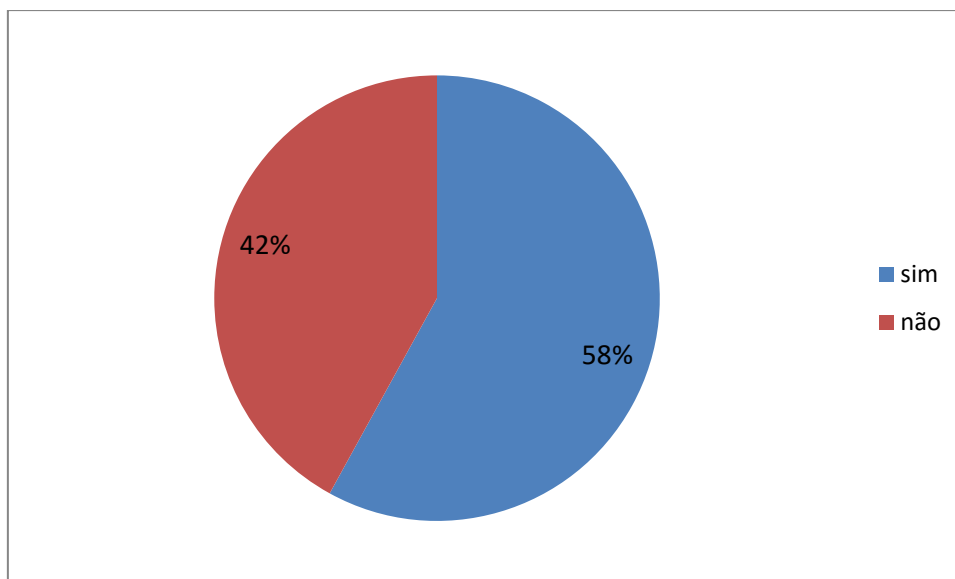
O tempo em que praticam essa atividade de feirante nos mostra o quanto o desenvolvimento desse trabalho é importante para cada ambulante presente na feira e que a obtenção da renda adquirida nesse trabalho têm influencia na formação da renda familiar de cada um.

9.6 Respondentes que possuem trabalho antes de serem feirantes

O trabalho nem sempre pôde ser desenvolvido de forma humana e com qualidade, antigamente trabalhava-se 16 horas por dia, não se tinham direitos trabalhistas e até mesmo as crianças eram obrigadas a trabalharem nas fábricas para aumentarem a renda de suas famílias. Ainda nos dias de hoje é nitida a presença de crianças trabalhando para ajudarem em casa. O tempo em que uma pessoa trabalhava e sua produção por muitas vezes representava sua renda.

Dos respondentes ao questionamento se desenvolviam alguma atividade antes de trabalharem como vendedores ambulantes na feira tem-se um percentual de 58% que disseram que sim e 42% que não desenvolviam. Dessa forma, no que se refere aos que desenvolviam, por meio de questionamento obteve-se a resposta que suas ocupações estavam entre assalariado em empresa privada, assalariado em empresa pública e o desenvolvimento de outro tipo de trabalho informal.

Gráfico 9 – Porcentagem de pessoas que possuíam trabalho antes de serem feirantes



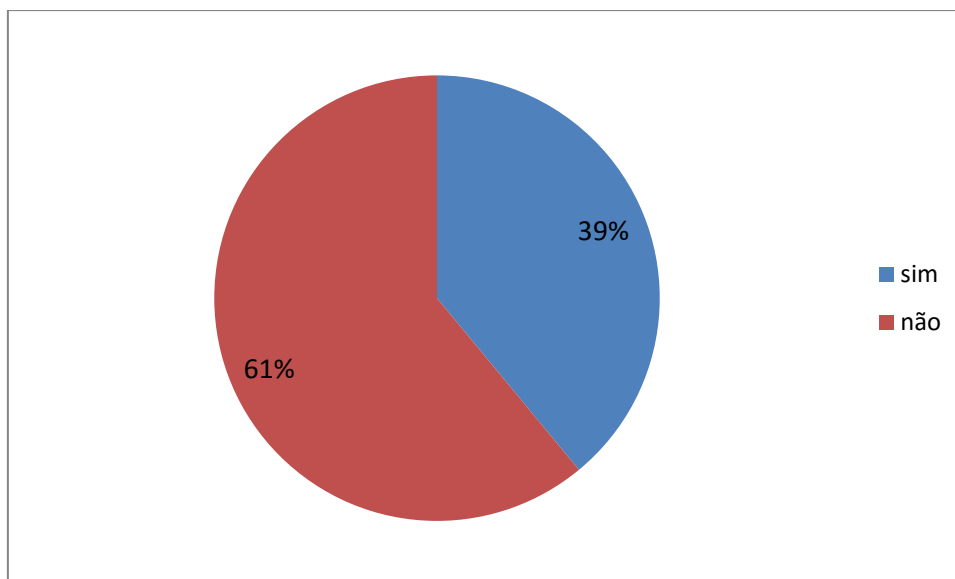
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

A importância desta pergunta sobre o desenvolvimento de outra atividade antes de serem feirantes está no fato de que seu resultado nos demonstra o fator desemprego cada vez mais presente, além de reforçar os motivos pelos quais optaram por trabalharem como ambulantes.

9.7 Desenvolvimento de outra atividade remunerada

Em se tratando do desenvolvimento de outra atividade remunerada além da de vendedor ambulante na feira, obteve-se que 61% dos respondentes não desenvolvem nenhum tipo de atividade remunerada, logo tornando-se dependente dos resultados obtidos por meio da oferta de seus produtos. Dos 39% que responderam que possuem outra atividade remunerada, destaca-se que esses por trabalharem com produção própria de seus produtos, além de venderem em suas casas, também ofertam durante os demais dias da semana em uma feira que ocorre diariamente no bairro. Outros desenvolvem os chamados “bicos” com o serviço de alvenaria.

Gráfico 10 – Porcentagem de pessoas que possuem outra atividade além de serem feirantes



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

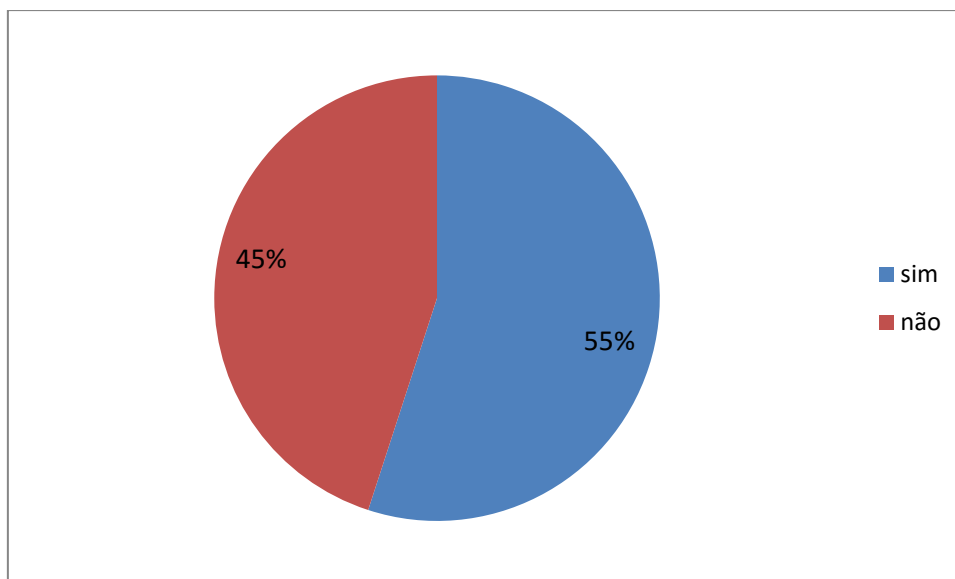
O entendimento do desenvolvimento de outra atividade por parte dos feirantes foi de suma importância para que se pudesse melhor compreender a formação da renda destes.

9.8 Participação em Associações

As Associações são desenvolvidas com o propósito de auxiliarem no desenvolvimento de atividades, sejam elas trabalhistas, de lazer, ou financeiras. Em se tratando da participação dos pesquisados em associações nota-se que 55% participam, enquanto que os 45% restantes não.

Dos que participam de uma associação a que se destaca é a Associação de Pequenos Agricultores do próprio bairro (Panaquatira) em que vivem. Essa associação é vinculada a própria Secretaria Municipal de Agricultura do município de São José de Ribamar, sendo que é por meio dela que os agricultores de pequeno porte tem a possibilidade de adquirerem uma barraca para ofertarem seus produtos as quinta-feiras. Em relação aos que responderam que não participavam tem-se a presença daqueles que estão afastados da associação em que eram membros.

Gráfico 11 – Número de pessoas que participam de associações



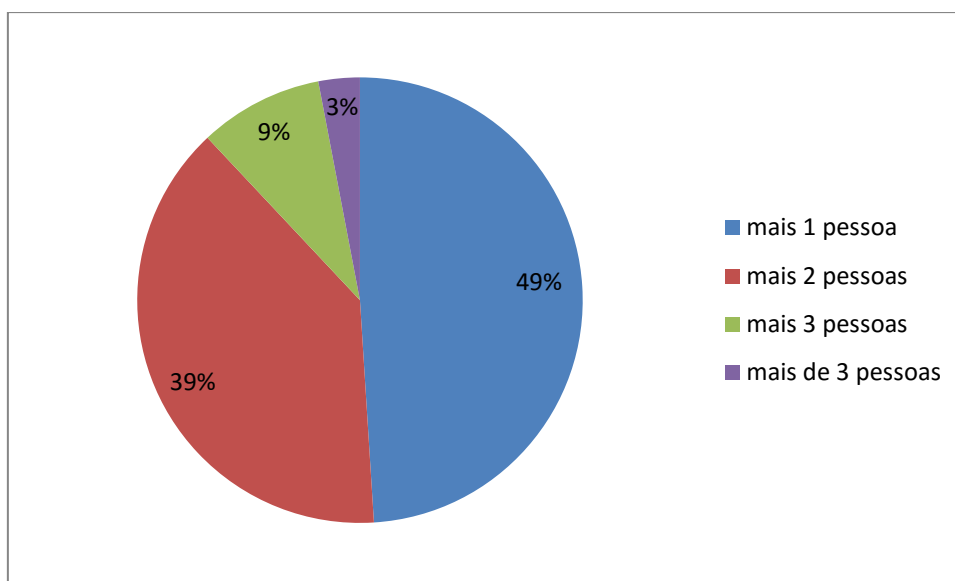
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Justifica-se em virtude da necessidade de se entender como funcionava a contribuição e participação da associação no desenvolvimento da atividade de feirante.

9.9 As pessoas que trabalham na barraca

No ambiente da feira nem todas as pessoas possuem uma barraca. As que não possuem barracas expõem seus produtos em carros abertos, carros de mão, monoblocos e até mesmo no próprio piso do lugar onde a feira foi inserida o que é o caso dos vendedores de plantas e flores. Para os respondentes teve-se o questionamento em relação ao auxílio de seus familiares para venderem seus produtos, teve-se a seguinte participação, 49% contam com a ajuda de mais 1 pessoa, 39% com mais duas, 9% com mais 3, e 3% com mais de 3 pessoas. Nota-se então com esses dados que a participação de familiares na oferta dos produtos é bem significativa e que não deixa de representar a oportunidade de oferecer ocupação ao outro e assim ambos contribuírem com a renda da família.

Gráfico 12 – Número de pessoas que ajudam nas barracas além do próprio dono



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

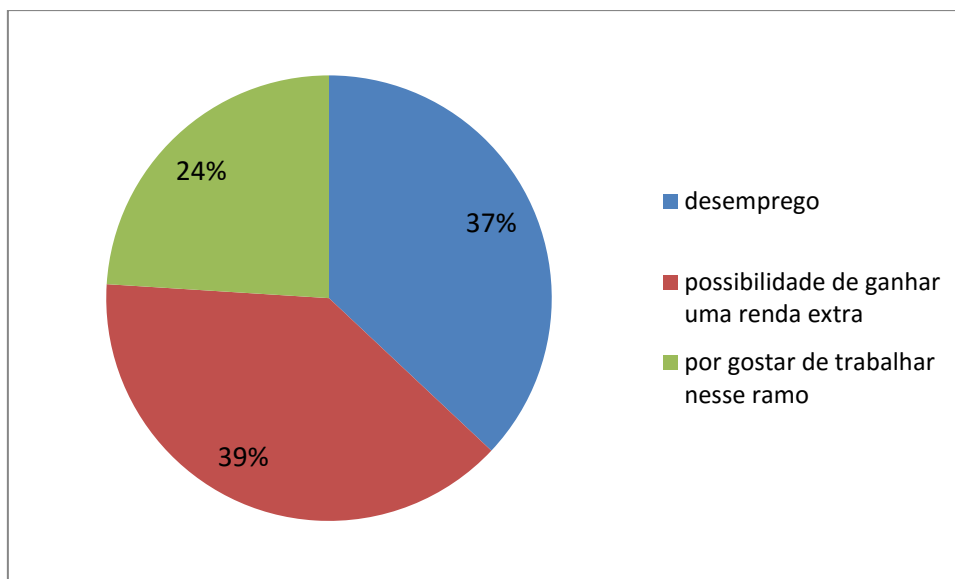
A presença de mais uma ou duas pessoas na barraca agrega valor a venda, pois possibilita ao ofertante atender os clientes com mais agilidade e praticidade. Esse questionamento se fez importante pois, por meio dele pôde-se observar quantas pessoas de uma mesma família trabalham na barraca e a contribuição dessas na renda da família.

9.10 Motivos que levaram à trabalharem como feirantes

O gráfico a baixo mostra que dos entrevistados 37% afirmaram que o motivo que os levaram a trabalharem no desenvolvimento de uma atividade informal como a de feirante foi o desemprego. Além disso, um percentual de 39% revelou que o que os motivou a trabalharem nessa atividade foi a possibilidade de ganharem uma renda extra, já os 24% restantes disseram que o que os motiva a exercerem esse tipo de trabalho é o gosto por esse ramo de trabalho. Dessa forma, percebe-se que o desemprego e a possibilidade de ganhar uma renda extra representa a maioria o que nos leva a acreditar que as pessoas são muitas vezes atraídas para o setor informal por encontrarem-se em situações financeiras desequilibradas.

Quanto aos que responderam que só estão nesse ramo por gostarem com o que trabalham e da forma como trabalham, nota-se que são pessoas que de certa forma não precisariam estar ali por encontrarem-se já aposentadas ou possuírem outro tipo de renda.

Gráfico 13 – Motivos que levaram os entrevistados a trabalharem como feirantes



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

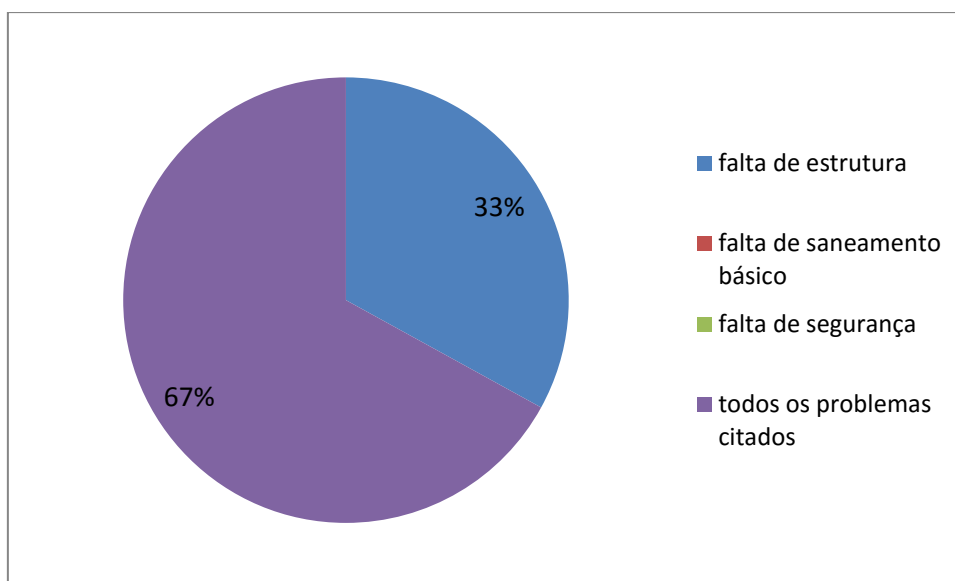
Nesta pergunta se constata um dos principais responsáveis pelo movimento de pessoas do ramo formal para o informal, ou seja, o desemprego. Além disso, se constata que a necessidade de se ter uma ocupação e a oportunidade de se ganhar uma renda extra motiva as pessoas a trabalharem nos diversos setores da informalidade.

9.11 Os problemas enfrentados na feira

Muito se tem falado sobre a qualidade no trabalho. Para que se desenvolva um trabalho com qualidade e se apresente como resultado produtos ou serviços bons e em perfeito estado é preciso que se tenha experiência quanto ao que se está fazendo e que além disso se possa contar com matérias primas de ótima procedência. Logo, um resultado para ser positivo depende de inúmeros fatores que venham a favorecer o desenvolvimento do trabalho.

Observando-se o gráfico 14, tem-se que de acordo com os respondentes existe a necessidade de uma reestruturação do lugar e das barracas ofertadas aos vendedores para a exposição de seus produtos, uma vez que o lugar fica apertado quando ocorre a interação entre ofertantes e demandantes. Estes quando questionados a respeito dos problemas existentes na feira responderam em sua maioria (67%) que existiam todos os problemas citados no questionário. Não querendo desmerecer o lugar alguns respondentes (33%) disseram que o principal problema enfrentado era a falta de estrutura para se trabalhar, uma vez que já ocorreu de vendedores brigarem por barracas e por espaço.

Gráfico 14 – Problemas enfrentados na feira



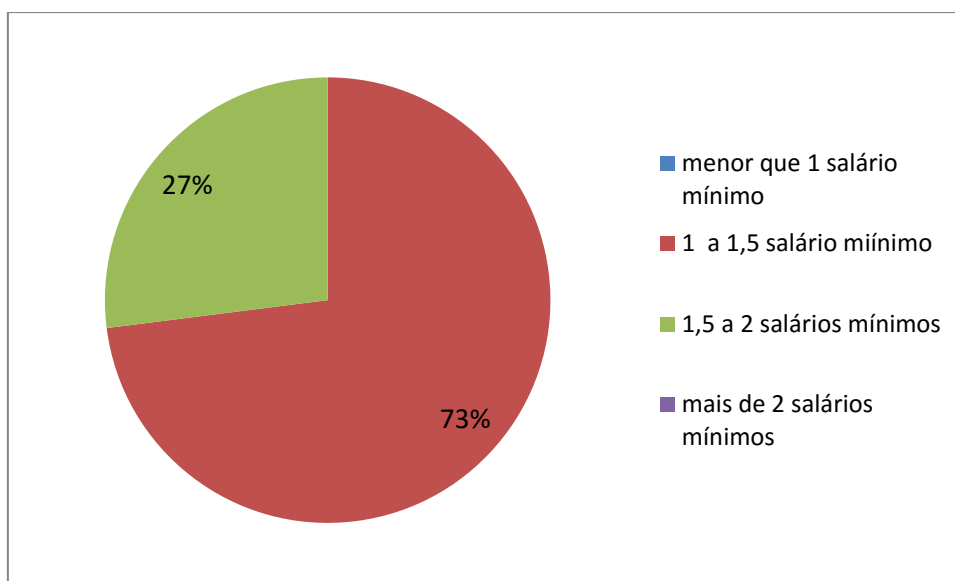
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

A qualidade e bom funcionamento, assim como a estruturação de um lugar adequado para trabalhar, são fatores que motivam as pessoas a exercerem suas atividades e tornam-se atrativos. Logo, o questionamento quanto aos problemas enfrentados na feira se justifica por trata-se de um quesito que tem influencia na atratividade para os clientes e na praticidade do trabalho, dessa forma tendo impacto na venda dos produtos e na obtenção de renda.

9.12 A Renda familiar

A renda familiar corresponde ao somatório da renda individual de todos os moradores de um mesmo domicílio, logo representando o que se chama de renda bruta. Assim a renda per - capta de uma família é obtida por meio da soma da renda de todos os integrantes dessa família dividido pelo número de integrantes que compõem a mesma. Em se tratando de uma aferição por meio do salário mínimo o gráfico (15) a baixo demonstra que dos entrevistados 73% possuem 1 a 1,5 salário mínimo, e 27% contam com 1,5 a 2 salários mínimos. Os que encontram-se na faixa de sobrevivência com 1,5 a 2 salários são respectivamente aqueles que possuem alguma outra atividade remunerada ou que já se encontram aposentados. Por meio dessa observação constata-se que grande parte dos pesquisados encontram-se na classe C e que sobrevivem com pouco mais que um salário.

Gráfico 15 – Renda familiar dos entrevistados



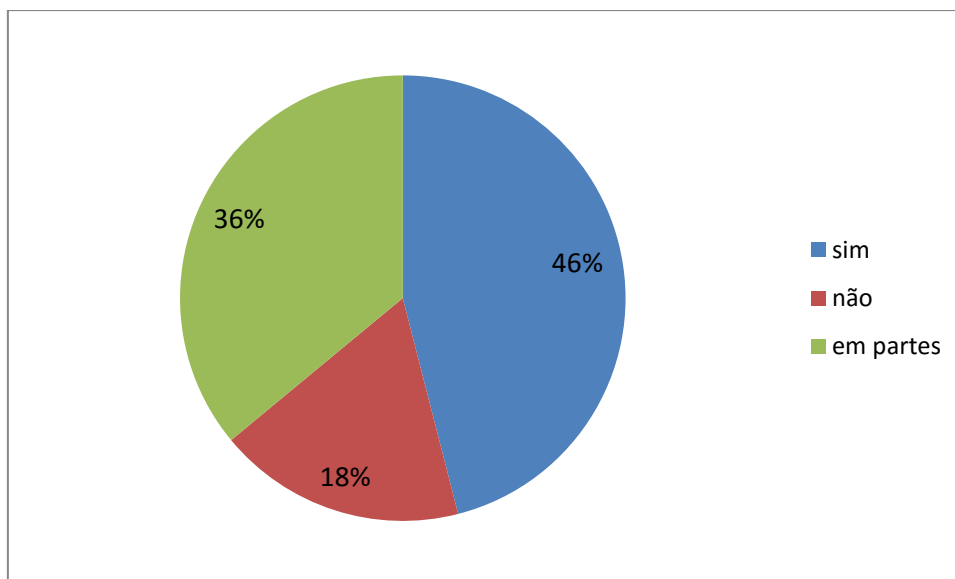
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Em se tratando da renda familiar de cada um dos entrevistados, foi importante o conhecimento por meio do questionamento em virtude de se observar o grau de influencia no salário dos entrevistados, tendo em vista que a formação desse se dá em detrimento do somatório da renda adquirida na feira com o exercício de outras atividades.

9.13 Dependência em relação a Renda Familiar

A palavra dependência esta associada a subordinação, ou seja, caracteriza-se como sendo a necessidade em relação a algo ou alguém. Neste caso refere-se a depender parcialmente ou totalmente do que é arrecadado por meio do trabalho como ambulante de feira. Nesse sentido, o gráfico 16 apresenta o resultado da análise referente a dependência dos respondentes da pesquisa à renda familiar adquirida na atividade como ambulante na feira dos bairros Outeiro e J.Câmara. Por meio da análise percebe-se que 46% dos respondentes dependem totalmente dessa renda para sua sobrevivência, 36% disseram que parte dela contribuí para a formação da renda total da família, e 18% responderam que a renda adquirida na feira não é a principal influenciadora para a sobrevivência e manutenção de sua família.

Gráfico 16 – Dependência em relação a renda familiar



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Esse questionamento se justifica em virtude da necessidade de conhecimento quanto a renda obtida por meio do trabalho como feirante. O objetivo desse conhecimento foi constatar que a renda adquirida durante o exercício desse trabalho influencia na geração de renda familiar de cada ambulante presente na feira.

9.14 A Regularização do trabalho

Segundo o Decreto-Lei nº 2.041 de 27 de fevereiro de 1940 que é responsável pela regularização do comércio ambulante: “Art. 1º Esta lei regula o exercício do comércio ambulante, de vendedores ou compradores, por conta própria ou de terceiros, em logradouros públicos ou locais de acesso franqueado ao público.”

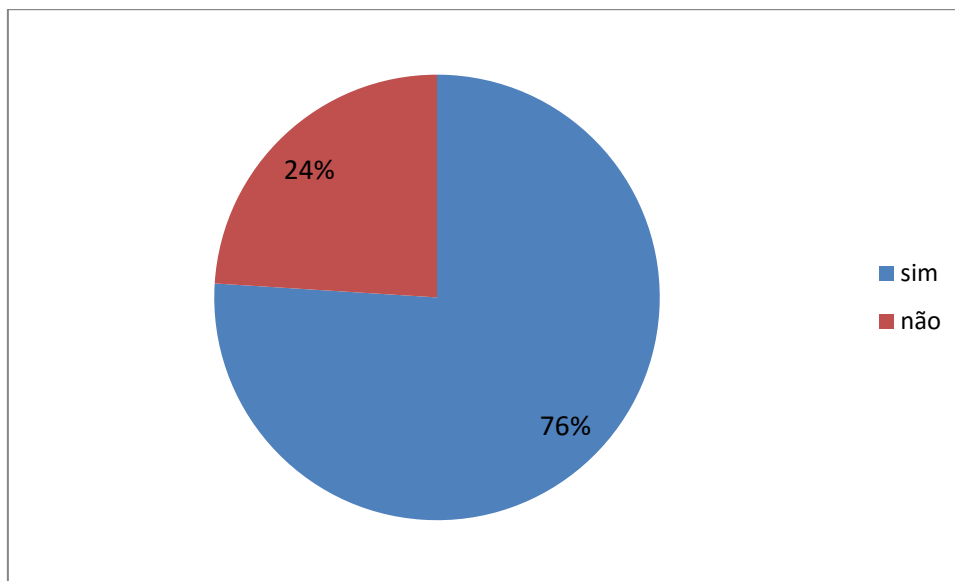
Tem-se que para o exercício desse tipo de atividade precisa-se de licença de autoridades competentes o que demonstra que a prática dessa atividade sem licença é ilegal e dita como informal, “*Parágrafo único.* O exercício da profissão depende de licença da autoridade competente, mediante exibição de carteira profissional emitida pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio [...]”

Assim, diante do exposto, observa-se que a regularização da atividade ambulante é realizada por meio de um Decreto-Lei específico.

Os dados obtidos nos permitem observar por meio do gráfico que 76% dos respondentes disseram que estariam dispostos a se regularizarem se surgisse a oportunidade

de trabalharem de acordo com a CLT. Disseram ainda que se obtivessem incentivos e fossem instruídos como realizar o procedimento por meio da SEMAGRI fariam a regularização de suas atividades. Os 24% que não estariam dispostos a realizarem o procedimento, disseram que a regularização de suas atividades os trariam diversos problemas como a arrecadação de impostos e taxas que seriam cobradas, sem contar que o procedimento é demorado.

Gráfico 17 – Ponto de vista em relação a regularização do trabalho



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Em se tratando de regularização do trabalho, observa-se que existe a necessidade de maior informação quanto aos seus aspectos, pois tal procedimento caracterizaria as vantagens que esses feirantes obteriam diante da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), além de estarem contribuindo de melhor forma para a economia do país.

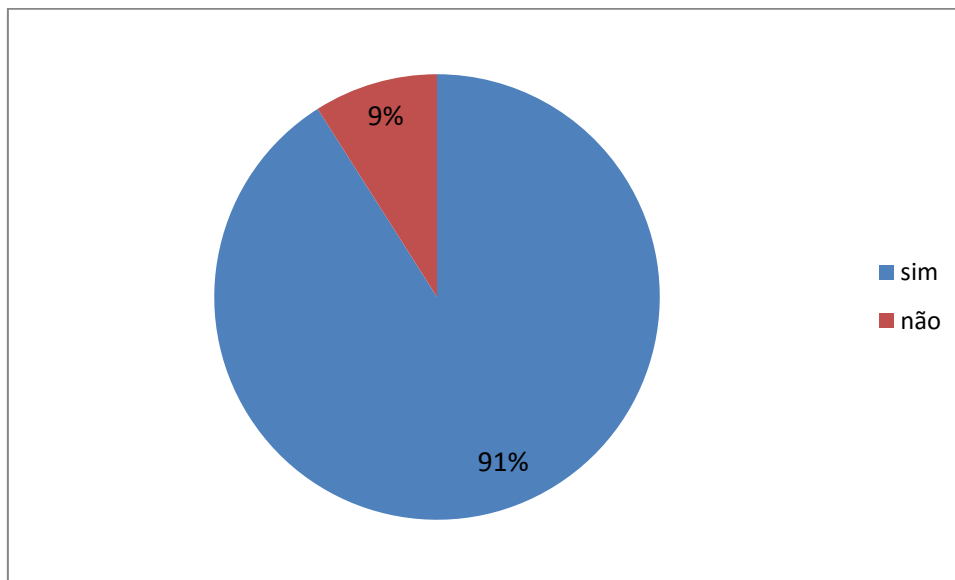
9.15 A Fiscalização da feira

A fiscalização é um procedimento exercido em diversos órgãos, instituições e empresas como forma de constatar se os processos estão sendo realizados de acordo com as características previstas em normas e regulamentos. Serve ainda para que se possa planejar, executar e avaliar ações praticadas pela gestão.

De acordo com os dados obtidos na pesquisa, em relação a fiscalização existente no local percebe-se por meio do gráfico 18 que 91% dos entrevistados afirmaram existir fiscalização na feira e que um dos principais responsáveis por essa é o Senhor Marzinho que também é o representante da classe dos feirantes na Associação de Pequenos Agricultores.

Nota-se ainda que 9% responderam quanto a não existência de fiscalização, cabe ressaltar que aos respondentes que optaram pelo não, representam os que desconhecem sobre a fiscalização no local por nunca terem observado a presença dos agentes responsáveis pelo processo.

Gráfico 18 – Existência de Fiscalização na Feira



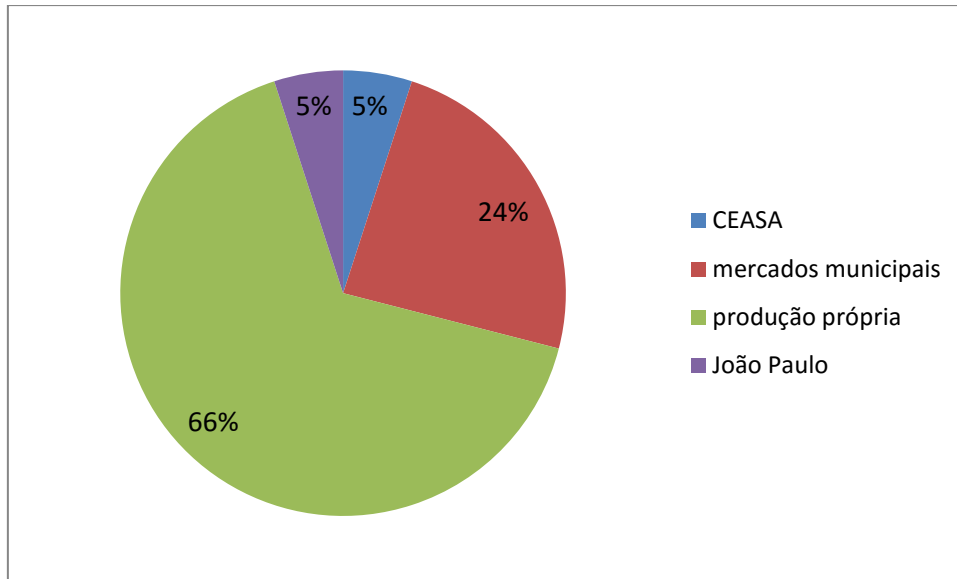
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Dessa forma, o processo de fiscalização realizado na feira ocorre por meio da observação de agentes da SEMAGRI que são orientados a realizarem o procedimento para que se pudessem ter noção das atividades que são praticadas no local e das pessoas que estão vendendo seus produtos. Porém, segundo relato da gestão da própria secretaria atualmente não se tem com exatidão o número de pessoas que estão inseridas na feira, apesar de se ter um cadastro de parte delas. Isso acontece por a feira ser localizada em um espaço aberto e que oportuniza as demais pessoas a colocarem seus produtos a venda sem nenhuma restrição.

9.16 A Compra dos produtos ofertados na feira

A feira corresponde a um espaço onde existe relação direta entre os ofertantes e os demandantes. Em se tratando da origem e procedência dos produtos que são oferecidos na feira em análise tem-se que 66% são de produção própria dos feirantes, essa produção é realizada por meio do plantio em suas próprias residências ou em locais cedidos pela prefeitura. Dos demais tem-se que 24% dos respondentes à pesquisa adquirem seus produtos em mercados municipais de outros bairros ou até mesmo em outras cidades, 5% representam o percentual que adquirem produtos no João Paulo e os outros 5% na CEASA que representa um conjunto de vendedores de produtos do ramo da agricultura.

Gráfico 19 - Lugar onde são adquiridos os produtos vendidos



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Para que se pudesse ter noção de onde os produtos ofertados na feira foram obtidos, foi de suma importância esse questionamento. Além disso, por meio desta pergunta pôde-se constatar que muitos dos feirantes possuem produção própria, devido a isso não necessitando se deslocar para outros centros, assim também se comprovou que os produtos que são ofertados possuem ótima qualidade e procedência.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância da presente pesquisa está associada a influência de trabalhos informais para a geração de renda e sobrevivência familiar, com contexto exclusivamente voltado para a atividade informal na agricultura. Por meio desta procurou-se observar a contribuição do trabalho ambulante na feira localizada entre os bairros Outeiro e Jota Câmara na renda familiar dos vendedores presente na mesma.

O empreendedor é caracterizado como aquele que encontra em uma ideia a capacidade de se reinventar por meio da inovação ou invenção de algo. “Empreendedor é a pessoa que inicia e/ou opera um negócio para realizar uma ideia ou projeto pessoal assumindo riscos e responsabilidades e inovando continuamente.” (CHIAVENATO, 2004, p. 27).

O empreendedorismo, por necessidade, surge diante de cenários desfavoráveis e que contribuem para a colocação de pessoas no mercado de trabalho por meio de novas perspectivas. Em se tratando de motivos que levam as pessoas a emprenderem tem-se o maior vilão de todos, o desemprego e a falta de novas oportunidades com carteira assinada, daí surge a necessidade de se obter novas atividades que possam gerar renda e que contribuam para o sustento familiar. Por meio do gráfico 13 vemos exatamente isso, que o desemprego e a oportunidade de ganhar renda extra foram os principais motivos que levaram os vendedores ambulantes a aderirem a atividade informal. Para tanto, a feira em estudo representa um espaço onde os vendedores ambulantes podem oferecer seus produtos e obterem renda para suas famílias, uma vez que se encontram desempregados ou necessitam de outra fonte geradora de renda.

A pesquisa foi realizada com 33 pessoas que se dispuseram a responder ao questionário aplicado. Com os resultados obtidos e tabulados pode-se obter maior precisão em relação ao que foi questionado. Logo, percebe-se que a maioria dos entrevistados como aponta o gráfico 19 tem como origem de seus produtos a produção própria, o que nos leva a acreditar que essas pessoas trabalham com a agricultura, plantio e colheita de produtos em suas casas ou terrenos cedidos. Assim percebe-se a importância que a agricultura familiar tem em relação a geração de emprego e renda no meio rural, pois caracteriza-se como a possibilidade de se adquirir capital sem ter que sair do próprio lugar onde vive, representando meios de subsistência. É nítido ainda que o principal objetivo da organização da feira é proporcionar aos moradores da cidade a oportunidade de ofertarem seus produtos para a própria comunidade onde vivem e assim adquirirem por meio do seu trabalho, renda que possa ajudar na manutenção de suas famílias.

Fazendo-se uma comparação entre os resultados do gráfico 15 com o gráfico 16 tem-se que a renda e a contribuição do trabalho como vendedores ambulantes na feira equiparam-se entre um a um salário mínimo e meio e a dependência em relação a renda adquirida estão bastante associados, pois percentualmente esta representa a maioria dos que se sujeitaram a responder a pesquisa, ou seja a renda adquirida na atividade que desenvolvem influência bastante em relação ao salário que possuem e na manutenção da casa. Tem-se ainda que a outra parte não depende totalmente dessa renda adquirida na feira para a sobrevivência pois possuem outros meios de obtenção de capital é o que nos mostra o gráfico 10. Logo, quanto maior o nível de rendimento da família, maior é a capacidade de ter acesso aos meios de sustento e qualidade de vida.

Dessa forma, é compreensível que a renda obtida por cada família é proveniente do tipo de ocupação que cada integrante possui, assim como da atividade que é desenvolvida por cada membro. Além disso, a determinação da renda também é importante para que se possa avaliar as condições de produção social e econômica da família. Segundo Lima *et al.* (1995), pode-se determiná-la por meio do Nível de Reprodução Simples – NRS que caracteriza a renda obtida por uma família que possibilita atender as necessidades básicas para sua reprodução ao longo do tempo.

Com o PRONAF permitiu-se que os agricultores familiares pudessem investir em suas atividades e ampliassem as áreas plantadas, o que resultou no aumento total da produção, do emprego e da arrecadação de tributos municipais, demonstrando assim os efeitos da política pública sobre as economias (GUANZIROLI, 2006; MATTEI, 2005).

Assim, como já mencionado é diante de cenários muitas vezes desfavoráveis à empregabilidade e a falta de perspectivas de empregos duradouros que surge a figura do empreendedorismo por meio da necessidade, o que acaba por contribuir com o aumento da atividade informal. Logo, percebe-se a importância da Administração Governamental e das Políticas Públicas como forma de oferecer possibilidades de regularização da atividade informal, por meio da instrução e desenvolvimento dos trabalhadores informais, em empreendedores. Pôde-se então compreender que com o surgimento dessas políticas e com o apoio de órgãos como sindicatos que possam trazer aos empreendedores a representatividade é possível que se tenha maior controle da informalidade, regularizando a situação de cada participante desse meio, assim como a formalização destes perante as leis trabalhistas, o que contribuirá para a geração de emprego e renda e a contribuição ao Estado de forma legal, representando assim a elevação da economia para o país e para o município com o

investimento em programas e políticas públicas voltadas para a transformação do trabalho informal em formal. Contudo, confirma-se por meio dos dados e resultados obtidos que ainda que de forma parcial a renda obtida no trabalho como feirante ambulante na feira do bairro Jota Câmara e na do Outeiro do município de São José de Ribamar possui influência na renda familiar de cada participante da feira.

REFERÊNCIAS

- BADUE, A. F. B.; GOMES, F. F. F. **Parceria entre Consumidores e Produtores na Organização de Feiras**. São Paulo: Instituto Kairós, 2011.
- CACCIAMALI, M. C.; PIRES, J.; LACERDA, G.; LUCIANO, E. P.; PORTELA, A. **Crescimento econômico e geração de empregos: considerações sobre políticas públicas**. Geração de emprego (online). 1995. Disponível em [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream >PPP/...](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/PPP/...)Acesso em 5/4/2018.
- CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- _____. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- _____. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna**. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em Administração**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.
- FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio Eletrônico: século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOULARTE, C. C. **Cotidiano, identidade e memória: narrativas de camelôs em Pelotas – RS**. 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.
- GUANZIROLI, C. E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34, 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2006. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-jose-de-ribamar/panorama>>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- IVANCEVICH, J. M. **Gestão de Recursos Humanos**. 10. ed. São Paulo: McGraw – Hill, 2008.
- JAKOBSEN, K.; MARTINS, R.; DOMBROWSKI, O. (orgs.) **Mapa do Trabalho Informal: Perfil Socioeconômico dos Trabalhadores informais na Cidade de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.
- KREIN, J. D.; PRONI, M. W. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Brasília: OIT, 2010.

LACROIX, M. de L. L. **São Luís do Maranhão: corpo e alma**. São Luís: FACEMA, 2012.

LIMA, A. J. P. de. Teoria dos sistemas agrários: uma nova abordagem do desenvolvimento da agricultura. **Extensão Rural**, Santa Maria: UFSM, v. 4, p. 6-19, jan./dez. 1995.

LIMA, J. C.; SOARES, M. J. B. Trabalho Flexível e o novo informal. **Cad. CRH**, Salvador, v. 15, n. 37, p. 163-180, jul./dez. 2002.

MARINO, S. O paradoxo do trabalho com carteira assinada no Maranhão. **O Imparcial**, São Luís, 27 Agos. 2018. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/empregos/2018/08/o-paradoxo-do-trabalho-com-carteira-assinada-no-maranhao/2/>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MOCHÓN, F. **Princípios de economia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MORELLI, M. É dia de feira. **Jornal Estadão**. 2011. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/blogs/jt-variedades/-dia-de-feira/?amp>>. Acesso em: 10 maio 2018.

RODRIGUES, I. D. **A dinâmica geográfica da camelotagem: a territorialidade do trabalho precarizado**. 2008, 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Edusp, 1974.

SIMIONI, F. J. **Determinantes da renda familiar no espaço rural: uma revisão**. Santa Catarina, 2013.

VARGAS, G.; FALCÃO, W.; CAMPOS, F. **Decreto-Lei nº 2.041, de 27 de Fevereiro de 1940** (online). 1940. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2041-27-fevereiro-1940-411979-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

VASCONCELLOS, M. A. S.; ENRIQUEZ, M. G. **Fundamentos de economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

XIMENES, S. **Minidicionário ediouro da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Ediouro, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICES A – QUESTIONÁRIO APLICADO



QUESTIONÁRIO PARA MONOGRAFIA ADMINISTRAÇÃO E BACHARELADO CLEUCILENE ALVES DA SILVA

O TRABALHO INFORMAL NA GERAÇÃO DE RENDA FAMILIAR: Vendedores
Ambulantes na Feira do Bairro Jota Câmara e Outeiro, do Município de São José de Ribamar
no Estado do Maranhão.

1. Sexo

() Feminino

() Masculino

2. Faixa etária

() entre 18 e 30

() entre 30 e 50 anos

() + de 50 anos

3. Grau de Escolaridade

() 1º Grau incompleto

() 1º Grau completo

() 2º Grau incompleto

() 2º, Grau completo

() 3º. Grau incompleto

3º. Grau completo

Sem instrução

4. Você têm filhos?

Sim

não

Quantos?

1

2

3

mais que 3

5. Trabalha há quanto tempo na feira?

menos de 1 ano

1 Ano

2 Anos

Mais de 3 anos

6. Desenvolvia alguma outra atividade antes de ser feirante?

Sim

Não

Qual o tipo de emprego anterior?

Assalariado em empresa privada

Assalariado em empresa pública

Funcionário público

Agricultor/trabalhador do campo

trabalhador informal

7. Possui outra atividade remunerada?

Sim

Não

8. Participa de alguma associação?

Sim

Não

9. Quantas pessoas trabalham com você?

+1

+ 2

+3

+ de 3

10. Por quais motivos optou por trabalhar como feirante?

Desemprego

Possibilidade de ganhar uma renda extra

Por gostar de trabalhar nesse ramo de atividade

Outro

11. Quais os principais problemas enfrentados na feira?

Falta de estrutura

Falta de saneamento básico

Falta de segurança

Todos os problemas citados

12. Qual a sua renda familiar?

menos que 1 salário mínimo

1 a 1,5 salário mínimo

1,5 a 2 salários mínimos

mais de 2 salários mínimos

13. A renda familiar depende totalmente desse trabalho?

sim

não

em partes

14. Se tivesse a possibilidade de se regularizar, realizaria o procedimento?

Sim

Não

15. Existe fiscalização na feira?

Sim

Não

16. Em qual lugar são adquiridos os produtos vendidos?

CEASA

Mercados municipais de outro lugar

Produção própria

João Paulo

ANEXO B – TERMO DE ACEITE DO ORIENTADOR**MONOGRAFIA - ACEITE DO ORIENTADOR**

Aluna: Cleucilene Alves da Silva

Orientador: Prof. Ms. Laércio Marques do Nascimento Filho

Título do Projeto: O TRABALHO INFORMAL NA GERAÇÃO DE RENDA FAMILIAR: Vendedores Ambulantes na Feira do Bairro Jota Câmara e Outeiro, do Município de São José de Ribamar no Estado do Maranhão.

À Coordenação de Monografia do Curso de Administração da UEMA:

Tendo acompanhado a elaboração e examinado a versão final da presente monografia, considero-a satisfatória, oportuna e recomendo sua aprovação no Colegiado do Curso de Administração da UEMA.

Atenciosamente,

Prof. Ms. Laércio Marques do Nascimento Filho

São Luís, ____/____/2018

DADOS DO PROFESSOR ORIENTADOR

NOME: Laércio Marques do Nascimento Filho

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

DEPARTAMENTO: Departamento de Estudos de Administração – DEA

DISCIPLINA (S) QUE LECIONA: Administração Pública e Governança – ADM; Gestão de Cidades – ADM; e Gestão Pública – CFO.